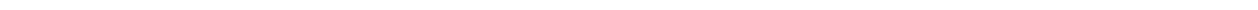




Energisa Sergipe | Resultados de 2013

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2013**



Aracaju, 18 de março de 2014 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sergipe” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2013, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 14 de março de 2014.

1 - Considerações gerais

A Energisa Sergipe distribui energia elétrica a mais de 680 mil consumidores em 63 dos 75 municípios que compõem o Estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km².

No exercício de 2013, a Energisa Sergipe deu continuidade à execução do plano de investimento, que prevê diversas obras de ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, visando à constante melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como o suporte ao crescimento de mercado.

A maturidade da Gestão da Energisa Sergipe, bem como o constante investimento na evolução dos processos vem posicionando a empresa a um patamar de excelência na prestação de serviços. Evidências desta evolução estão nos prêmios e nas comparações entre as empresas de distribuição de energia elétrica, feitas pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Abradee (Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica), Revista Eletricidade Moderna, ABCE (Associação Brasileira de Concessionários de Energia Elétrica) e FNQ (Fundação Nacional da Qualidade). Todas estas organizações, por meio de avaliações, posicionam a Energisa Sergipe entre as melhores empresas de distribuição de energia elétrica do país.

2 - Investimentos

Em 2013, a Energisa Sergipe realizou mais um intenso programa de investimentos nos seus sistemas de alta e média tensão, com foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados. Dentre os investimentos, que totalizaram R\$ 79,8 milhões no ano, destacam-se a conclusão da ampliação da potência instalada na capital, Aracaju, com a entrada em operação da nova subestação Serigy (2 x 20/25 MVA), além da construção de novas linhas de distribuição em alta tensão LDAT (69 kV). A crescente disseminação de redes protegidas na média tensão, bem como a instalação de religadores automáticos e sinalizadores de falta foram investimentos que também merecem destaque e fundamentais para a melhoria da qualidade do serviço.

O Programa de Universalização do Uso da Energia Elétrica também se destaca no âmbito dos investimentos da Energisa Sergipe, posto que já atendeu, até o final de 2013, a aproximadamente 53 mil famílias residentes na zona rural, beneficiando cerca de 260 mil habitantes do campo. Os investimentos neste Programa - que é uma parceria entre os Governos Federal, Estadual e a Energisa Sergipe -, já montam, no período de 2004 a 2013, a R\$ 252,9 milhões, dos quais, aproximadamente R\$ 72 milhões foram assumidos pela Energisa Sergipe.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

| Descrição do ativo | Dez / 2013 | Dez / 2012 | Acréscimo 2013/2012 |
|---|------------|------------|---------------------|
| Subestações - nº (*) | 29 | 29 | - |
| Capacidade instalada nas subestações - MVA | 678 | 654 | + 24 |
| Alimentadores - nº | 149 | 137 | + 12 |
| Postes de Rede de Distribuição- nº | 342.971 | 339.449 | + 3.522 |
| Linhas de transmissão - km | 1.165 | 1.160 | + 5 |
| Redes de distribuição (próprias) - km | 26.089 | 25.662 | + 427 |
| Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº | 37.039 | 36.020 | + 1.019 |
| Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA | 711 | 680 | + 31 |

(*) Apesar da entrada em operação da subestação Serigy em 2013, a quantidade de subestações da Companhia permaneceu inalterada, em razão da transferência dos ativos relacionados à subestação Estância para outra concessionária

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

| Descrição | 2013 | 2012 (Ajustado) | Varição % |
|--|---------|--------------------|-----------|
| Resultados - R\$ milhões | | | |
| Receita Operacional Bruta | 993,4 | 1.078,4 | - 7,9 |
| Receita Operacional Líquida | 728,0 | 758,0 | - 4,0 |
| Receita Operacional Líquida, sem Receita de Construção | 659,6 | 679,9 | - 3,0 |
| Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT) | 118,9 | 110,5 | + 7,6 |
| EBITDA | 164,2 | 152,8 | + 7,5 |
| EBITDA Ajustado (EBITDA mais Acréscimos Moratórios de Contas de Energia) | 176,9 | 165,1 | + 7,1 |
| Resultado Financeiro | (68,4) | (34,4) | + 98,8 |
| Lucro Líquido | 45,6 | 69,2 | - 34,1 |
| Indicadores Financeiros - R\$ milhões | | | |
| Ativo Total | 1.084,2 | 1.113,6 | - 2,6 |
| Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras | 70,0 | 109,7 | - 36,2 |
| Patrimônio Líquido | 378,1 | 344,6 | + 9,7 |
| Endividamento Líquido | 534,3 | 490,9 | + 8,8 |
| Indicadores Operacionais | | | |
| Número de Consumidores Cativos (mil) | 680,2 | 652,3 | + 4,3 |
| Vendas de Energia a Consumidores Cativos (GWh) | 2.312,5 | 2.215,3 | + 4,4 |
| Energia Elétrica Total Distribuída (GWh) | 3.370,3 | 3.277,3 | 2,8 |
| Indicadores Relativos | | | |
| EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%) | 24,3 | 21,8 | + 2,5 p.p |
| Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes) | 3,0 | 3,0 | - |

3.2 - Ambiente regulatório - revisão tarifária

Em 30 de janeiro de 2013, através do Decreto nº 7.891, as tarifas de energia elétrica no país sofreram um decréscimo médio de 20% em face da redução de encargos setoriais e condições impostas na renovação das concessões de determinadas geradoras. Posteriormente, a Energisa Sergipe passou pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A revisão tarifária teve como efeito um aumento médio percebido pelos consumidores de 4,08%, a partir de 22 de abril, sendo que para os consumidores de baixa tensão houve um aumento de 6,60% e para os de média e alta tensão uma queda de 0,07%. A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, o valor de R\$ 11,8 milhões, em parcela única, para cobertura das despesas adicionais incorridas com o Encargo de Serviço do Sistema (ESS) no período tarifário passado, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2013, foi repassado o montante de R\$ 57,9 milhões para a Energisa Sergipe. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 30,5 milhões para a Companhia. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.3 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2013, a Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 45,6 milhões, ante os R\$ 69,2 milhões registrados em 2012. Essa redução decorre, em grande parte, do valor presente da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial. Consequentemente, as despesas financeiras líquidas apresentaram uma evolução de 98,8% (ou R\$ 34,0 milhões). Já a geração operacional de caixa (EBITDA

ajustado) atingiu R\$ 176,9 milhões em 2013, contra os R\$ 165,1 milhões apurados em 2012, aumento de 7,1%.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

| Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões | 2013 | 2012 (Ajustado) | Var. % |
|--|--------------|--------------------|--------------|
| (=) Lucro Líquido | 45,6 | 69,2 | - 34,1 |
| (-) Contribuição social e imposto de renda | (4,9) | (6,9) | - 29,0 |
| (-) Resultado financeiro | (68,4) | (34,4) | + 98,8 |
| (-) Depreciação e amortização | (45,3) | (42,3) | + 7,1 |
| (=) Geração de caixa (EBITDA) | 164,2 | 152,8 | + 7,5 |
| (+) Receita de acréscimos moratórios | 12,7 | 12,3 | + 3,3 |
| (=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado) | 176,9 | 165,1 | + 7,1 |
| Margem do EBITDA Ajustado | 24,3 | 21,8 | + 2,5 p.p |

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2013, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 21,0 milhões, pagos em:

- i) 23 de dezembro de 2013, correspondentes a R\$ 8,0 milhões (R\$ 40,91883236 por ação);
- ii) 30 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 13,0 milhões (R\$ 66,36943736 por ação).

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 10,9 milhões (R\$ 55,92441703 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício, no valor de R\$ 31,9 milhões, representam 70,0% do lucro líquido apurado pela Companhia.

3.4 - Despesas operacionais

Em 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 609,1 milhões, redução de 5,9% (R\$ 38,4 milhões) em relação a 2012. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) reduziram 2,3% (R\$ 3,1 milhões), para R\$ 134,0 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram redução de 2,7% (R\$ 9,6 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

| Composição das despesas operacionais (R\$ milhões) | 2013 | 2012 (Ajustado) | Varição em R\$ milhões |
|--|--------------|--------------------|---------------------------|
| 1 - Despesas controláveis | 134,2 | 137,1 | - 2,9 |
| 1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão) | 77,6 | 76,2 | + 1,4 |
| 1.2 Material | 9,1 | 10,2 | - 1,1 |
| 1.3 Serviços de terceiros | 47,5 | 50,7 | - 3,2 |
| 2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte) | 352,0 | 361,6 | - 9,6 |
| 3 - Depreciação e amortização | 45,3 | 42,3 | + 3,0 |
| 4 - Provisões contingências e devedores duvidosos | 0,7 | 4,3 | - 3,6 |
| 5 - Outras despesas/receitas | 8,5 | 24,1 | -15,6 |
| Subtotal | 540,7 | 569,4 | - 28,7 |
| 6 - Custo de construção | 68,4 | 78,1 | - 9,7 |
| Total | 609,1 | 647,5 | - 38,4 |

4 - Desempenho operacional

A manutenção da qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento são prioridades constantes da Energisa Sergipe. A Companhia tem apresentado melhorias consistentes nos índices de satisfação dos seus clientes, que, anualmente, são medidos por meio de pesquisa de opinião.

4.1 - Gestão das perdas de energia: alinhado aos objetivos estratégicos da empresa, bem como às necessidades regulatórias, foram adotados métodos mais eficazes na seleção das listas de inspeção conjugados com medidas estruturantes para blindagens de rede e da medição, o que possibilitou aumentar a produtividade das equipes, com redução de custos para identificação e eliminação de fraudes e desvios de energia. Os esforços resultaram em uma queda das perdas de energia elétrica para o patamar de 9,04% no ano, uma melhoria de 0,70 ponto percentual em relação a 2012.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência apresentou uma pequena elevação em relação a 2012, tendo se situado em 1,29%, contra 1,08% em 2012.

4.3 - DEC e FEC: a redução dos indicadores DEC e FEC em 2013 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas.

| Indicadores operacionais | 2013 | 2012 | Varição % |
|---|-------|-------|------------|
| Perdas de energia do sistema próprio (%) | 9,04 | 9,74 | - 0,70 p.p |
| Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%) | 1,29 | 1,08 | + 19,4 |
| Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº | 0,81 | 0,79 | + 2,5 |
| ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee | 86,70 | 85,90 | + 0,9 |
| IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) | 69,56 | 64,30 | + 8,2 |
| DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas | 14,64 | 15,74 | - 7,0 |
| FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes | 9,29 | 11,67 | - 20,4 |

4.4 - Mercado de energia: em 2013, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.130,2 GWh, incremento de 5,7% em relação a 2012. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 9,2% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 5,2% em 2013. A energia total distribuída em 2013 foi de 3.370,3 GWh, ante os 3.277,3 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

| Descrição | 2013 | 2012 | Var. % |
|---|---------|---------|--------|
| 1) Vendas de energia no mercado cativo | 2.312,5 | 2.215,3 | + 4,4 |
| ✓ Residencial | 918,2 | 840,8 | + 9,2 |
| ✓ Industrial | 289,5 | 305,7 | - 5,3 |
| ✓ Comercial | 497,7 | 475,8 | + 4,6 |
| ✓ Rural | 106,9 | 108,8 | - 1,7 |
| ✓ Outras Classes | 500,2 | 484,3 | + 3,3 |
| 2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD) | 817,7 | 746,5 | + 9,5 |
| 3) Mercado cativo + TUSD (1+2) | 3.130,2 | 2.961,8 | + 5,7 |
| 4) Suprimento de energia e não faturado | 240,1 | 315,5 | - 23,9 |
| 5) Energia Total Distribuída (3+4) | 3.370,3 | 3.277,3 | + 2,8 |

A Energisa Sergipe encerrou o ano com 680.233 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,3% superior à registrada no fim de 2012, e com 17 consumidores livres.

5 - Emissão e resgate de debêntures e liquidação dos Notes Units

O Conselho de Administração da Energisa Sergipe deliberou em 17 de outubro de 2013 pela realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante de R\$ 60,0 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. Foram emitidas 60 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão na data de emissão (30 de outubro de 2013), com vencimento em 6 anos, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2019. As debêntures são remuneradas com juros correspondentes à variação acumulada de 115,5% da taxa CDI. A remuneração e a amortização destas debêntures serão pagas com periodicidade anual, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, sendo o primeiro pagamento em 30 de outubro de 2015.

Os recursos, captados em 30 de outubro, foram utilizados para resgatar antecipadamente a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia. As 42.000 debêntures, que incorriam ao custo equivalente a variação cambial mais 8,85% ao ano, foram resgatadas pelo montante de R\$ 64,3 milhões em 8 de novembro de 2013, já tendo sido amortizado naquela mesma data o montante de R\$ 36,1 milhões, conforme previsto na escritura de emissão.

A Energisa Sergipe também efetivou, em 19 de julho de 2013, a liquidação da emissão dos “bonds” de prazo de 7 anos em dólares norte-americanos, denominados “Notes Units”, no montante de R\$ 254,6 milhões (US\$ 107,2 milhões).

6 - Gestão de pessoas

A Energisa Sergipe investe fortemente na área de Gestão de Pessoas, com foco na valorização do seu capital humano, aprimorando sua atuação e ampliando as premissas de uma gestão mais ágil e flexível, visando à melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como o suporte ao seu crescimento de mercado. A Companhia encerrou 2013 com 920 colaboradores próprios e 488 terceirizados.

Para atender às suas necessidades operacionais, especialmente a melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferece, a Energisa Sergipe registrou, em 2013, um total de 114.012 homens-hora treinados, correspondentes a 119 horas de treinamento por colaborador, com investimentos de mais de R\$ 522 mil. O sistema de Educação a Distância (EAD) representou 49% do programa de treinamento da empresa.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Sergipe tem dado ênfase ao desenvolvimento de seus gestores, por meio do Portal Líder. No terceiro ciclo do programa, em 2013, os gestores foram contemplados com nove cursos práticos da Harvard Business Publishing, selecionados cuidadosamente para que o aprendizado agregasse conhecimento e aplicabilidade ao trabalho dos líderes. Dentre os principais benefícios obtidos com o Programa, destacam-se: a promoção da integração, a troca de experiências e disseminação de boas práticas de gestão e liderança, a ênfase à gestão de pessoas e à mensuração de resultados, o aprimoramento das competências gerenciais e, principalmente, a consolidação e fortalecimento da cultura organizacional.

As práticas bem sucedidas dos anos anteriores foram mantidas e reforçadas, destacadamente: o **Projeto Bússola**, que levou as metas e diretrizes da empresa a 100% dos colaboradores; **Programa de Boas Vindas**, que contempla uma reunião dos Diretores com os colaboradores recém-admitidos; e o **Programa e-nova**, um incentivo às ideias e inovações dos colaboradores, todos eles visando maior integração, eficiência operacional, segurança no trabalho e comprometimento com a estratégia da empresa e seus resultados.

As práticas de gestão de pessoas na empresa também se fizeram visíveis, sendo de se ressaltar a prática do **recrutamento interno**, os **programas de desenvolvimento**, **avaliação de desempenho** e **assessment das potenciais lideranças no processo de sucessão**, que, em essência, propiciaram o atendimento pleno a todas as necessidades de recursos humanos, nos diversos níveis, de forma a manter a plenitude das suas atividades operacionais.

A Companhia entende que um dos principais fatores para retenção de talentos é alinhamento cultural, com valores sólidos disseminados num ambiente de aprendizado contínuo. Desta forma, a Energisa Sergipe busca a valorização dos seus colaboradores oferecendo um atrativo plano de benefícios, que incluem a cessão de bolsas de estudos e ações contempladas no plano individual de desenvolvimento, participação nos lucros e resultados, participação em projetos especiais, reunião de análise de resultados e incentivo à participação em recrutamento e seleção interna para preenchimento de vagas. Em 2013 mais de 35% das vagas foram preenchidas por meio deste processo.

Merecem também destaque os programas de Trainee, Estágio e Jovem Aprendiz como formas de captação de talentos, proporcionando à comunidade oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Ainda em relação à capacitação de seus colaboradores, outra importante conquista em 2013 foi a implantação do projeto de formação de mão de obra, em parceria com a Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para a formação de eletricitistas. O principal ganho com a implantação da parceria é a formação de mão de obra para suprir as demandas atuais e futuras da Companhia.

Na prevenção de acidentes e preservação da saúde, a Energisa Sergipe recebeu o Prêmio Nacional de Segurança, denominado MEDALHA ELOY CHAVES, na categoria Prata, da Fundação COGE - FUNCOGE, maior reconhecimento de Segurança do Trabalho. A conquista desse prêmio evidencia uma cultura de gestão preventiva que valoriza o ser humano como o maior patrimônio da empresa.

7 - Responsabilidade socioambiental

Em 2013, a Energisa Sergipe deu continuidade às atividades nas áreas de cultura e responsabilidade socioambiental, destacadamente:

- **Programa Energisa em Minha Casa:** associado ao Programa de Eficiência Energética (PEE) beneficiou consumidores de baixo poder aquisitivo com diversas ações, como palestras sobre temas pertinentes, apresentação de peças teatrais, eventos socioambientais, substituição de geladeiras, padrões de entrada e lâmpadas fluorescentes e oferecimento de oportunidade a clientes de baixa renda para regularizar suas dívidas com a Energisa Sergipe;
- **Projeto Energisa Renova:** consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. Realizado em 2013 apenas com colaboradores, o projeto será estendido em 2014 aos clientes da Energisa Sergipe. Os materiais coletados foram doados a uma cooperativa de reciclagem;
- **Energia Total:** realização de eventos na capital, distribuindo lâmpadas econômicas aos clientes adimplentes, com palestras educativas e oficinas de material reciclado, além da participação no evento “Ação Global”;
- **Programa Arte na Empresa:** projeção de artistas do Estado, com realização de exposições no hall de entrada da empresa;
- **Programa Zé da Luz na Escola:** orientação de crianças e adolescentes quanto aos riscos e cuidados relativos à energia elétrica. Alcançou em 2013 o expressivo número de 452 apresentações;
- **Natal Iluminado:** projeto instalado no Parque Governador Augusto Franco, em parceria com o poder público municipal. A iniciativa é reconhecida pela sociedade local, que frequentou o Parque e demonstrou a sua satisfação.

Além disso, a Energisa Sergipe ampliou os seus canais de comunicação com a sociedade, ingressando nas mídias sociais. Por meio deles, os clientes recebem informações relevantes e podem interagir com a empresa. Outro marco importante foi a reedição do informativo trimestral “Luz Total”, que é impresso e anexado às contas de energia, levando informações institucionais, técnicas e comerciais de interesse dos clientes, sendo os aspectos de segurança e uso racional sempre abordados nas suas edições.

Quanto aos aspectos socioambientais, a Energisa Sergipe mitiga os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS e o Sistema de Gestão Socioambiental - SGSA, desdobrado do SGMASS para melhor atender as especificidades da Companhia e que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Dentre os programas e práticas implementados merecem destaque: implantação de redes isoladas e protegidas; implantação do Comitê de Gestão Socioambiental (Cogesa); gestão de resíduos sólidos; tratamento de lâmpadas inservíveis; e coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa.

Ainda em 2013, a Energisa Sergipe teve como destaque na sua atuação em prol da sustentabilidade a parceria com o Parque dos Falcões, “santuário” das aves de rapina, desenvolvendo um projeto funcional que se encaixasse perfeitamente dentro do contexto do parque e que servisse como fonte de receita para a instituição, promovendo a autossustentação.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe em 2013 foi de R\$ 529 mil, sendo i) R\$ 204 mil pela revisão das demonstrações financeiras; e ii) R\$ 325 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2013 | 2012 | 1/1/2012 |
|--|------|------------------|------------------|------------------|
| | | | (Ajustado) | (Ajustado) |
| Ativo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 5 | 30.452 | 53.225 | 78.427 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 5 | 31.649 | 47.019 | 29.552 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 91.266 | 117.517 | 108.115 |
| Títulos de créditos a receber | 7 | 7.635 | 7.739 | 10.014 |
| Estoques | | 1.854 | 2.382 | 2.536 |
| Impostos a recuperar | 10 | 28.941 | 26.866 | 24.154 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 5.983 | 3.343 | 952 |
| Baixa renda e outros créditos | 11 | 29.128 | 25.333 | 37.115 |
| Total do circulante | | 226.908 | 283.424 | 290.865 |
| Não circulante | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 5 | 7.926 | 9.483 | 3.744 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 7.544 | 7.544 | 7.544 |
| Títulos de créditos a receber | 7 | 2.572 | 4.110 | 2.410 |
| Impostos a recuperar | 11 | 16.473 | 16.551 | 16.341 |
| Créditos tributários | 13 | 51.748 | 34.106 | 26.599 |
| Depósitos e cauções vinculados | 21 | 28.769 | 21.818 | 20.844 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 29 | 17.791 | 15.394 | 6.359 |
| Contas a receber da concessão | 14 | 182.867 | 130.146 | 34.021 |
| Outros créditos | | 777 | 837 | 868 |
| | | 316.467 | 239.989 | 118.730 |
| Investimento | | 366 | 4.026 | 217 |
| Intangível | 15 | 550.050 | 581.125 | 647.122 |
| Imobilizado | 15 | 6.178 | 5.062 | - |
| Total do não circulante | | 873.061 | 830.202 | 766.069 |
| Total do ativo | | 1.099.969 | 1.113.626 | 1.056.934 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2013 | 2012 | 1/1/2012 |
|--|-------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | (Ajustado) | (Ajustado) |
| Passivo | | | | |
| Circulante | | | | |
| | - | | | |
| Fornecedores | 16 | 54.538 | 63.031 | 47.620 |
| Encargos de dívidas | 17 | 4.183 | 13.913 | 12.516 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 18.484 | 240.011 | 46.202 |
| Debêntures | 18 | 61.113 | 29.696 | 1.479 |
| Tributos e contribuições sociais | 19 | 26.539 | 35.376 | 29.290 |
| Parcelamento de impostos | 20 | 1.875 | 1.770 | 2.078 |
| Dividendos | 22.4 | 8.000 | - | 8.655 |
| Obrigações estimadas | | 4.762 | 4.393 | 4.018 |
| Encargos do consumidor a recolher | | 136 | 4.991 | 2.941 |
| Obrigações intra setoriais | | 12.104 | 18.222 | 21.711 |
| Benefícios a empregados - plano de pensão | 30 | 8.485 | - | - |
| Outras contas a pagar | | 8.668 | 11.601 | 20.180 |
| Total do circulante | | 208.887 | 423.004 | 196.690 |
| Não circulante | | | | |
| Fornecedores | 16 | 2.377 | 1.963 | 1.810 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 387.858 | 170.581 | 308.046 |
| Debêntures | 18 | 60.000 | 102.613 | 138.079 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 29 | - | - | 16.089 |
| Tributos e contribuições sociais | 19 | 11.454 | 8.227 | 7.163 |
| Parcelamento de impostos | 20 | 4.218 | 5.753 | 7.029 |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 21 | 18.846 | 20.547 | 20.229 |
| Benefícios a empregados - plano de pensão | 30 | 58.072 | 36.332 | 20.922 |
| Outros | | 724 | 21 | - |
| Total do não circulante | | 543.549 | 346.037 | 519.367 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | 22.1 | 345.762 | 329.370 | 319.239 |
| Ações em tesouraria | 22.1 | - | (18) | (18) |
| Reservas de capital | 22.1 | 3.330 | 3.348 | 3.348 |
| Reservas de lucros | 22.2 e 22.3 | 22.834 | 25.575 | 15.861 |
| Lucros acumulados | | - | 120 | - |
| Dividendos adicionais propostos | 22.4 | 11.054 | 7.694 | 15.769 |
| Outros resultados abrangentes | | (35.447) | (21.504) | (13.322) |
| Total do patrimônio líquido | | 347.533 | 344.585 | 340.877 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.099.969 | 1.113.626 | 1.056.934 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2013 | 2012 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| | | | (Ajustado) |
| Receita operacional líquida | 23 | 727.972 | 757.963 |
| Custo do serviço de energia elétrica | 24 | (491.863) | (510.772) |
| Lucro bruto | | 236.109 | 247.191 |
| Despesas com vendas | 24 | (21.802) | (23.661) |
| Despesas gerais e administrativas | 24 | (97.441) | (97.245) |
| Outras receitas | 25 | 7.129 | 4.984 |
| Outras despesas | 25 | (5.086) | (20.771) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | | 118.909 | 110.498 |
| Receita financeira | 26 | 41.623 | 36.098 |
| Despesa financeira | 26 | (110.034) | (70.453) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | | (68.411) | (34.355) |
| Lucro antes dos impostos | | 50.498 | 76.143 |
| Imposto de renda e Contribuição social corrente | 13 | (14.016) | (16.934) |
| Imposto de renda e Contribuição social diferido | 13 | 9.079 | 9.962 |
| Lucro líquido do exercício | | 45.561 | 69.171 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$ | 27 | 233,04 | 353,80 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais)

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| | | (Ajustado) |
| Lucro líquido do exercício | 45.561 | 69.171 |
| Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado | | |
| Outros resultados abrangentes | (13.943) | (8.182) |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos | 31.618 | 60.989 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2013 | 2012 |
|---|-------------|------------------|------------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 50.498 | 76.143 |
| Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas | | 104.049 | 71.118 |
| Depreciação e a Amortização | 24 | 45.277 | 42.339 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 24 | 3.430 | 5.190 |
| Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 24 | (2.746) | (851) |
| Valor residual de ativos permanentes baixados | 25 | (2.043) | 15.787 |
| Marcação a mercado de derivativos | 26 | 34.749 | (4.260) |
| Instrumentos Financeiros derivativos | 26 | (62.731) | (20.766) |
| Variações nas contas do ativo circulante e não circulante | | | |
| Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias | | 23.074 | (9.743) |
| Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber | | 1.424 | (2.801) |
| Diminuição de estoques | | 527 | 154 |
| (Aumento) de impostos a recuperar | | (1.997) | (2.922) |
| (Aumento) de cauções e depósitos vinculados | | (6.951) | (974) |
| (Aumento) de despesas pagas antecipadamente | | (2.640) | (2.391) |
| (Aumento) diminuição de outros créditos | | (2.068) | 12.536 |
| Variações nas contas do passivo circulante e não circulante | | | |
| (Diminuição) aumento de fornecedores | | (9.284) | 9.663 |
| Aumento de tributos e contribuições sociais | | 1.413 | 1.629 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (13.821) | (4.742) |
| Aumento de obrigações estimadas | | 369 | 375 |
| (Diminuição) aumento de encargos do consumidor a recolher | | (4.855) | 2.050 |
| Empréstimos de partes relacionadas | | - | (182) |
| (Diminuição) de entidade privada e outras | | (7.847) | (8.852) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 147.827 | 178.500 |
| Atividades de investimentos | | | |
| Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos | | (234) | (3.810) |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | | (183.895) | (39.102) |
| Resgate de aplicações financeiras | | 212.216 | 18.425 |
| Aplicação no intangível | 15 e 34 | (53.577) | (70.012) |
| Alienação de bens do imobilizado e intangível | 25 | 7.129 | 4.984 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | | (18.361) | (89.515) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Novos empréstimos e financiamentos | 17, 18 e 34 | 309.900 | 64.243 |
| Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal | 17 e 18 | (411.622) | (64.270) |
| Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros | 17 e 18 | (54.002) | (45.565) |
| Liquidação de Instrumentos financeiros derivativos | | 25.585 | (1.074) |
| Pagamentos de dividendos | 22.4 | (20.670) | (65.937) |
| Pagamento de parcelamento de impostos | | (1.430) | (1.584) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | | (152.239) | (114.187) |
| Variação líquida do caixa | | (22.773) | (25.202) |
| Caixa mais equivalentes de caixa iniciais | | 53.225 | 78.427 |
| Caixa mais equivalentes de caixa finais | | 30.452 | 53.225 |
| Variação líquida do caixa | | (22.773) | (25.202) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2013 | 2012 |
|--|---------|----------------|------------------|
| Geração do valor adicionado: | | | |
| Receitas | | | |
| Receitas de vendas de energia e serviços | | 925.009 | 1.000.320 |
| Outras receitas | 25 | 7.129 | 4.984 |
| Receitas relativas a construção de ativos próprios | 23 e 26 | 70.535 | 78.086 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis | 24 | (3.430) | (5.190) |
| | | <u>999.243</u> | <u>1.078.200</u> |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Custo da energia vendida | | 412.063 | 394.419 |
| Materiais e serviços de terceiros | | 58.872 | 144.473 |
| Outros custos operacionais | | 79.486 | 23.488 |
| | | <u>550.421</u> | <u>562.380</u> |
| Valor adicionado bruto | | <u>448.822</u> | <u>515.820</u> |
| Amortização, depreciação e realização de ágio | 24 | 45.277 | 42.339 |
| Valor adicionado líquido | | <u>403.545</u> | <u>473.481</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Receitas financeiras | 26 | 41.623 | 36.098 |
| Valor adicionado total a distribuir | | <u>445.168</u> | <u>509.579</u> |
| Distribuição do valor adicionado: | | | |
| Pessoal | | | |
| Remuneração direta | | 51.200 | 46.635 |
| Benefícios | | 12.931 | 16.589 |
| FGTS | | 3.825 | 3.880 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federais | | 37.188 | 71.902 |
| Estaduais | | 169.794 | 182.648 |
| Municipais | | 588 | 354 |
| Obrigações Intrasetoriais | 23 | 10.493 | 46.653 |
| Remuneração de capital de terceiros | | | |
| Juros | 26 | 112.150 | 70.453 |
| Aluguéis | | 1.438 | 1.294 |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Dividendos | 22.4 | 20.976 | 41.512 |
| Dividendos adicionais propostos | 22.4 | 11.054 | 7.694 |
| Reserva legal | 22.2 | 2.278 | 3.453 |
| Reserva de redução de impostos de renda | 22.3 | 11.373 | 16.392 |
| Lucros acumulados | | (120) | 120 |
| | | <u>445.168</u> | <u>509.579</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

| Nota | Capital Social | Ações em tesouraria | Reservas de capital | | Reserva de lucros | | Dividendos adicionais propostos | Lucros (Prejuízos) acumulados | Subtotal | Outros resultados abrangentes | Total |
|--|----------------|---------------------|----------------------------|---------------------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|
| | | | Subvenção de investimentos | Remuneração de Imobilizações em curso | Legal | Redução de Imposto de renda | | | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2012 - ajustado | 319.239 | (18) | 2.102 | 1.246 | 5.730 | 10.131 | 15.769 | - | 354.199 | (13.322) | 340.877 |
| Pagamento de dividendos adicionais | - | - | - | - | - | - | (15.769) | - | (15.769) | - | (15.769) |
| Aumento Capital conforme AGO e AGE 25/04/2012 | 22.1 10.131 | - | - | - | - | (10.131) | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (8.182) | (8.182) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 69.171 | 69.171 | - | 69.171 |
| Proposta para destinação do lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | 22.2 - | - | - | - | 3.453 | - | - | (3.453) | - | - | - |
| Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 0106/2005 | 22.3 - | - | - | - | - | 16.392 | - | (16.392) | - | - | - |
| Dividendos | 22.4 - | - | - | - | - | - | - | (41.512) | (41.512) | - | (41.512) |
| Dividendos adicionais propostos | 22.4 - | - | - | - | - | - | 7.694 | (7.694) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 - ajustado | 329.370 | (18) | 2.102 | 1.246 | 9.183 | 16.392 | 7.694 | 120 | 366.089 | (21.504) | 344.585 |
| Pagamento de dividendos adicionais | - | - | - | - | - | - | (7.694) | - | (7.694) | - | (7.694) |
| Aumento Capital e cancelamento de ações, conforme AGO e AGE 24/04/2013 | 22.1 16.392 | 18 | - | (18) | - | (16.392) | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (13.943) | (13.943) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 45.561 | 45.561 | - | 45.561 |
| Proposta para destinação do lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | 22.2 - | - | - | - | 2.278 | - | - | (2.278) | - | - | - |
| Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Sudene 0205/2012 | 22.3 - | - | - | - | - | 11.373 | - | (11.373) | - | - | - |
| Dividendos | 22.4 - | - | - | - | - | - | - | (20.976) | (20.976) | - | (20.976) |
| Dividendos adicionais propostos | 22.4 - | - | - | - | - | - | 11.054 | (11.054) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 345.762 | - | 2.102 | 1.228 | 11.461 | 11.373 | 11.054 | - | 382.980 | (35.447) | 347.533 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

| ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A | | | | | | |
|---|---|------------------------------|---|--|------------------------------|--------------------------------|
| BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2013 | | | | | | |
| (Em milhares de reais) | | | | | | |
| 1 - Base de Cálculo | 2013 Valor | | | 2012 Valor | | |
| Receita líquida (RL) | 727.972 | | | 757.963 | | |
| Resultado operacional (RO) | 50.498 | | | 76.143 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 57.014 | | | 55.526 | | |
| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 7.667 | 13,45% | 1,05% | 7.153 | 12,88% | 0,94% |
| Encargos sociais compulsórios | 13.018 | 22,83% | 1,79% | 12.989 | 23,39% | 1,71% |
| Previdência privada | 11.895 | 20,86% | 1,63% | 3.863 | 6,96% | 0,51% |
| Saúde | 4.016 | 7,04% | 0,55% | 8.441 | 15,20% | 1,11% |
| Segurança e saúde no trabalho | 1.022 | 1,79% | 0,14% | 1.191 | 2,14% | 0,16% |
| Educação | 157 | 0,28% | 0,02% | 140 | 0,25% | 0,02% |
| Cultura | 3 | 0,01% | 0,00% | 9 | 0,02% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 523 | 0,92% | 0,07% | 808 | 1,46% | 0,11% |
| Creches ou auxílio-creche | 395 | 0,69% | 0,05% | 346 | 0,62% | 0,05% |
| Participação nos lucros ou resultados | 4.251 | 7,46% | 0,58% | 4.261 | 7,67% | 0,56% |
| Outros | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total - Indicadores sociais internos | 42.947 | 75,33% | 5,90% | 39.201 | 70,60% | 5,17% |
| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | 64 | 0,13% | 0,01% | 85 | 0,11% | 0,00% |
| Cultura | 348 | 0,69% | 0,05% | 413 | 0,54% | 0,00% |
| Saúde e saneamento | 86 | 0,17% | 0,01% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 4 | 0,01% | 0,00% | 106 | 0,14% | 0,00% |
| Combate à fome e segurança alimentar | - | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 655 | 1,30% | 0,09% | 528 | 0,69% | 0,00% |
| Total das contribuições para a sociedade | 1.157 | 2,29% | 0,16% | 1.132 | 1,49% | 0,00% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 194.076 | 384,32% | 26,66% | 241.915 | 317,71% | 0,00% |
| Total - Indicadores sociais externos | 195.233 | 386,61% | 26,82% | 243.047 | 319,20% | 0,00% |
| 4 - Indicadores Ambientais | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 16.878 | 33,42% | 2,32% | 18.657 | 24,50% | 2,46% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total dos investimentos em meio ambiente | 16.878 | 33,42% | 2,32% | 18.657 | 24,50% | 2,46% |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | (X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | (X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | | |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | 2013 | | | 2012 | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 920 | | | 963 | | |
| Nº de admissões durante o período | 68 | | | 127 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 488 | | | 748 | | |
| Nº de estagiários(as) | 40 | | | 38 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 157 | | | 186 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 149 | | | 163 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 14% | | | 14% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 61 | | | 56 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 8% | | | 8% | | |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 34 | | | 33 | | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2013 | | | Metas 2014 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 29,8 | | | 29,0 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 13 | | | 12 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () direção | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) + Cipa | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolve | (X) segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT | () não se envolverá | (X) seguirá as normas da OIT | () incentivar e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | (X) direção | (X) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | (X) direção | (X) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | (X) direção | (X) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | (X) direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | () são sugeridos | (X) são exigidos | () não serão considerados | () serão sugeridos | (X) serão exigidos |
| Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolve | (X) apoia | () organiza e incentiva | () não se envolverá | (X) apoiará | () organizar e incentivar |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 8.990 | no Procon 108 | na Justiça 935 | na empresa 1230 | no Procon 96 | na Justiça 1028 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 99% | no Procon 88,7% | na Justiça 58,5% | na empresa 99% | no Procon 93% | na Justiça 62% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | Em 2013:445.168 | | | Em 2012: 509.579 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 49% governo 16% colaboradores(as) 7% acionistas 26%terceiros 3%retido | | | 59% governo 13%colaboradores(as) 10%acionistas 14%terceiros 4%retido | | |
| 7 - Outras Informações | 2013 | | | 2012 | | |
| 7) Investimentos sociais | | | | | | |
| 7.1 - Programa Luz para Todos | | | | | | |
| 7.1.1 - Investimento da União | - | | | 1.529 | | |
| 7.1.2 - Investimento do Estado | - | | | 89 | | |
| 7.1.3 - Investimento do Município | - | | | | | |
| 7.1.4 - Investimento da Concessionária | - | | | 218 | | |
| Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4) | - | | | 1.836 | | |
| 7.2 - Programa de eficiência Energética | 5.200 | | | 3.683 | | |
| 7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento | 1.846 | | | 3.502 | | |
| Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3) | 7.046 | | | 9.021 | | |

Notas Explicativas

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **Exercício findo em 31 de dezembro de 2013** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa SE”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 680.252 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579, que veio abordar os assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos setoriais:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita teve em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

A Companhia tem o vencimento da sua concessão em dezembro de 2027.

Segue algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 23 e 32, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também esta sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 29.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1° de janeiro de 2014.
- (b) 1° de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii)

mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo poder concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, a Companhia desde o exercício de 2012 registrou, como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não

haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem;

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: representado pelo ágio pago na aquisição do controle acionário da própria Companhia. A amortização do ágio está sendo realizada pelo prazo 30 anos, a partir de dezembro de 1997 (vide nota explicativa nº 15);
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- m. Derivativos - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29.
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Em 12 de novembro de 2013 foi publicado a Medida Provisória nº 627/13 que alterou a Legislação Tributária Federal do país. As mais relevantes são: (i) revoga o regime transitório de tributação (RTT) a partir de 2015, mas prevê uma adoção antecipada para 01 de janeiro de 2014. Caso haja a adoção antecipada da Medida Provisória o RTT será automaticamente eliminada e as novas

disposições passam a ser eficazes em 2014, em caráter irrevogável; (ii) tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e (iii) parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. A adoção antecipada da MP eliminará de tributação do eventual excesso de distribuição de lucro societário em relação aos lucros distribuídos, apurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da Medida Provisória para realizar uma análise mais profunda e conclusiva sobre os efeitos das novas regras tributárias.

- o. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº13);
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos

correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3 Ajustes

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e prêmio aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por força das novas regras introduzidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, que veio eliminar a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, passando a ser reconhecidos integralmente no passivo na rubrica “benefícios a empregados - plano de pensão”, em contrapartida de outros resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 2012 e de 01/01/2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

| | Saldo em 2012 (Publicado) | Ajustes | Saldo em 2012 (Ajustado) |
|--|------------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Ativo | | | |
| Ativo não circulante | 819.186 | 11.016 | 830.202 |
| Créditos tributários | 23.090 | 11.016 | 34.106 |
| Total do Ativo | 1.102.610 | 11.016 | 1.113.626 |
| Passivo | | | |
| Passivo não circulante | 313.637 | 32.400 | 346.037 |
| Benefício a empregados - plano de pensão | 3.932 | 32.400 | 36.332 |
| Patrimônio líquido | 365.969 | (21.384) | 344.585 |
| Lucros acumulados | - | 120 | 120 |
| Outros resultados abrangentes | - | (21.504) | (21.504) |
| Total do Passivo | 1.102.610 | 11.016 | 1.113.626 |

| Demonstração do Resultado | Saldo em 2012 (Publicado) | Ajustes | Saldo em 2012 (Ajustado) |
|---|------------------------------|------------|-----------------------------|
| Despesas gerais e administrativas | (97.427) | 182 | (97.245) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos | 110.316 | 182 | 110.498 |
| Lucro antes dos impostos | 75.961 | 182 | 76.143 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (10.024) | (62) | (9.962) |
| Lucro líquido do exercício | 69.051 | 120 | 69.171 |

| Demonstração de Outros Resultados abrangentes | Saldo em 2012 (Publicado) | Ajustes | Saldo em 2012 (Ajustado) |
|--|---------------------------|----------------|--------------------------|
| Lucro líquido do exercício | 69.051 | 120 | 69.171 |
| Outros resultados abrangentes | - | (8.182) | (8.182) |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos | 69.051 | (8.062) | 60.989 |

| Demonstração do Valor Adicionado | Saldo em 2012 (Publicado) | Ajustes | Saldo em 2012 (Ajustado) |
|----------------------------------|---------------------------|---------|--------------------------|
| Pessoal | | | |
| Benefícios | 16.771 | (182) | 16.589 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | | |
| Federais | 71.840 | 62 | 71.902 |
| Remuneração de capitais próprios | | | |

| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | Saldo em 2012 (Publicado) | Ajustes | Saldo em 2012 (Ajustado) |
|---|---------------------------|-----------------|--------------------------|
| Lucros ou prejuízos acumulados | - | 120 | 120 |
| Outros resultados abrangentes | - | (21.504) | (21.504) |
| Patrimônio Líquido | 365.969 | (21.384) | 344.585 |

| | Energisa Sergipe | | |
|--|---------------------------|-----------------|--------------------------------|
| | Saldo em 2011 (Publicado) | Ajustes | Saldo em 01/01/2012 (Ajustado) |
| Ativo | | | |
| Ativo não circulante | 111.867 | 6.863 | 118.730 |
| Créditos tributários | 19.736 | 6.863 | 26.599 |
| Total do Ativo | 1.050.071 | 6.863 | 1.056.934 |
| Passivo | | | |
| Passivo não circulante | 499.182 | 20.185 | 519.367 |
| Benefício a empregados - plano de pensão | 737 | 20.185 | 20.922 |
| Patrimônio líquido | 354.199 | (13.322) | 340.877 |
| Outros resultados abrangentes | - | (13.322) | (13.322) |
| Total do Passivo | 1.050.071 | 6.863 | 1.056.934 |

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento (1) | Remuneração | 2013 | 2012 |
|------------------------------------|----------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|
| CEF | CDB | 30/12/2015 a 21/11/2018 | 100,5% do CDI | 17.867 | 24.694 |
| Santander | Debêntures (2) | 03/12/2015 | 103,2% do CDI | 1.441 | - |
| HSBC | CDB | 03/09/2014 | 98,0% do CDI | - | 459 |
| Mercantil | CDB | 22/12/2014 | 105,0% do CDI | - | 6.959 |
| | | | | 19.308 | 32.112 |
| Caixas e bancos | | | | 11.144 | 21.113 |
| Total caixa e equivalente de caixa | | | | 30.452 | 53.225 |

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | 2013 | 2012 |
|------------------------|---|-------------------------|-----------------------------------|---------------|---------------|
| ABC Brasil | CDB | 26/06/2013 a 13/01/2014 | 105,0% a 106,0% do CDI | 2 | 20.011 |
| Banrisul | Fundo de Investimento | - | CDI | 2.858 | - |
| BES | CDB | 01/09/2014 | 104,5% do CDI | 78 | 72 |
| BICBanco | CDB | 22/02/2013 | 115,0% do CDI | - | 14.638 |
| BICBanco | Fundo de Investimento em direitos creditórios | - | 112,0% do CDI | - | 1.267 |
| BMG | CDB | 24/01/2014 | 113,0% do CDI | 1 | 1.174 |
| Bradesco | CDB | 25/07/2013 | 99,0% do CDI | - | 255 |
| Bradesco | Título de capitalização | 02/03/2013 | Poupança + 0,5%a.m. | - | 74 |
| BTG Pactual | Fundo de Investimento | - | CDI | - | 5.026 |
| BTG Pactual | CDB | 12/12/2014 | 97,5% do CDI | 18 | - |
| CEF | Fundo de Investimento | - | CDI | - | 598 |
| CEF (4) | Letra Financeira Tesouro, Compromissada, Debêntures (2), DPGE, Letra financeira | 09/04/2015 a 01/03/2018 | 102,7% a 122,11% do CDI/IPCA+5,7% | 6.661 | - |
| CEF | Poupança | - | Poupança | 44 | 44 |
| FIM Zona da Mata | CDB | 17/08/2015 a 01/12/2015 | 100,5% a 112%,0 do CDI | 1.200 | - |
| FIM Zona da Mata | Debêntures (2) | 07/04/2016 | 100,0% do CDI + 3,9% | 561 | - |
| FIM Zona da Mata | Compromissada | 21/02/2014 a 08/10/2015 | 102,5% a 103,2%,0 do CDI | 1.384 | - |
| FIM Zona da Mata | DPGE | 10/07/2015 a 21/12/2015 | 107,5% a 113% do CDI | 815 | - |
| FIM Zona da Mata | Letra Financeira | 04/05/2017 | 107,0% do CDI | 42 | - |
| FIM Zona da Mata | Fundos de Renda Fixa | - | CDI | 31 | - |
| FIM Zona da Mata | Letra Financeira Tesouro | 07/09/2015 a 01/03/2018 | SELIC | 81 | - |
| FIM Zona da Mata | NTN | 15/08/2016 | IPCA | 295 | - |
| FIM Zona da Mata | Fundos Multimercados | - | CDI | 768 | - |
| Itaú | CDB | 18/11/2014 a 24/11/2015 | 90,0% a 101,8% do CDI | 286 | 573 |
| Itaú | Debêntures (2) | 27/11/2015 | 102,0% do CDI | 824 | 802 |
| Itaú | Fundo de Investimento | - | CDI | 957 | 713 |
| Nordeste | CDB | 28/07/2017 a 09/09/2019 | 90,0% a 99,0% do CDI | 7.784 | 8.119 |
| Pine | CDB | 16/06/2014 | 100,0% do CDI | 42 | 40 |
| Safra | Debêntures (2) | 28/01/2014 | 101% do CDI | 12 | - |
| Safra | Fundo de Investimento | - | CDI | 13.922 | - |
| Santander | Fundo de Investimento | - | CDI | - | 845 |
| Standard Bank | CDB | 01/02/2013 | 100,25% do CDI | - | 5 |
| | | | | 38.666 | 54.256 |

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

| | | | | | |
|---|---|------------|---------------|---------------|---------------|
| Itaú | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 29/12/2020 | 100,0% do CDI | 909 | 2.246 |
| | | | | 909 | 2.246 |
| Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3) | | | | 39.575 | 56.502 |
| Circulante | | | | 31.649 | 47.019 |
| Não Circulante | | | | 7.926 | 9.483 |

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$10.957 referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

| Classes de Consumidores | Saldos Vincendos (1) | Vencidos | | | | | Total | |
|---|----------------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------------|---------------|----------------|
| | | até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | 2013 | 2012 |
| Residencial | 5.358 | 12.259 | 2.820 | 950 | 72 | 2 | 21.461 | 26.988 |
| Industrial | 9.322 | 457 | 99 | 30 | 122 | 142 | 10.172 | 12.868 |
| Comércio, serviços e outras atividades | 14.231 | 2.497 | 463 | 212 | 191 | 1.269 | 18.863 | 22.325 |
| Rural | 1.265 | 322 | 87 | 32 | - | - | 1.706 | 2.262 |
| Poder público: | | | | | | | | |
| Federal | 1.166 | 157 | 6 | 6 | - | - | 1.335 | 1.486 |
| Estadual | 526 | 71 | 3 | 3 | - | - | 603 | 671 |
| Municipal | 2.068 | 278 | 12 | 10 | - | - | 2.368 | 2.636 |
| Iluminação pública | 3.214 | 676 | 690 | 226 | - | - | 4.806 | 4.061 |
| Serviço público | 3.176 | - | - | - | - | - | 3.176 | 3.752 |
| Subtotal - consumidores | 40.326 | 16.717 | 4.180 | 1.468 | 385 | 1.413 | 64.489 | 77.049 |
| Concessionárias (2) | 3.051 | - | - | - | - | 7.544 | 10.595 | 30.255 |
| Fornecimento não faturado | 23.469 | - | - | - | - | - | 23.469 | 22.194 |
| Outras | 5.784 | - | - | - | - | - | 5.784 | 68 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | (950) | (263) | (4.314) | (5.527) | (4.505) |
| Total | 72.630 | 16.717 | 4.180 | 518 | 122 | 4.643 | 98.810 | 125.061 |
| Circulante | | | | | | | 91.266 | 117.517 |
| Não circulante | | | | | | | 7.544 | 7.544 |

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro 2013 e 2012, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.544 (R\$30.255 em 2012), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica “fornecedores” no passivo circulante é de R\$1.134 referente a aquisição de energia na CCEE e R\$2.629 (R\$ 7.799 em 2012) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

| Composição dos créditos da CCEE | 2013 | 2012 |
|--|--------------|---------------|
| Saldos a vencer | - | 22.380 |
| Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 | 6.387 | 6.387 |
| Créditos vencidos (*) | 1.157 | 1.488 |
| | 7.544 | 30.255 |
| (-) Aquisição de energia na CCEE | (1.134) | - |
| (-) Encargos de serviços no sistema | (2.629) | (7.799) |
| | 3.781 | 22.456 |

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão demonstrados como se segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Títulos de créditos a receber | 23.653 | 25.076 |
| Ajuste a valor presente | (1.085) | (1.120) |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | (12.361) | (12.107) |
| | 10.207 | 11.849 |
| Circulante | 7.635 | 7.739 |
| Não circulante | 2.572 | 4.110 |

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2013, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

| | 2013 |
|--------------|---------------|
| Vencidos | 12.361 |
| 2014 | 7.635 |
| 2015 | 1.406 |
| 2016 | 677 |
| 2017 | 436 |
| 2018 | 53 |
| Total | 22.568 |

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| Movimentação das provisões | 2013 | 2012 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial - 2012 e 01/01/2012 | 16.612 | 12.895 |
| Provisões constituídas no exercício | 2.698 | 7.273 |
| Reversão de provisões no exercício | (1.422) | (3.556) |
| Saldo final- circulante - 2013 e 2012 | 17.888 | 16.612 |
| Consumidores e concessionárias | 5.527 | 4.505 |
| Títulos de créditos a receber | 12.361 | 12.107 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da ESE com reajuste de 4,08%, aplicados à partir de 22 de abril de 2013.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

10. Impostos a recuperar

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 13.232 | 14.300 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 2.556 | 951 |
| Imposto de Renda - IRPJ | 10.191 | 4.554 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL | 849 | 299 |
| PIS e COFINS | 18.399 | 23.141 |
| Outros | 187 | 172 |
| | 45.414 | 43.417 |
| Circulante | 28.941 | 26.866 |
| Não circulante | 16.473 | 16.551 |

11. Baixa renda e outros créditos

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Baixa renda | 6.399 | 8.429 |
| Ordens de serviço em curso - PEE e P&D | 7.214 | 10.817 |
| Ordens de serviço em curso - outros | 1.745 | 1.596 |
| Adiantamentos | 2.129 | 2.004 |
| Subvenção CDE - desconto tarifária | 4.782 | - |
| Creditos de terceiros -Alienação de bens e direitos | 4.963 | 1.095 |
| Creditos a receber - Restituição encargos setoriais | 486 | - |
| Outros | 1.410 | 1.392 |
| Total - circulante | 29.128 | 25.333 |

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

| | 2013 | 2012 |
|---|--------------|--------------|
| Saldo - inicial circulante - 2012 e 01/01/2012 | 8.429 | 4.320 |
| Subvenção Baixa Renda | 38.739 | 36.446 |
| Ressarcimento pela Eletrobrás | (38.865) | (34.241) |
| Contas a receber Eletrobrás | (1.904) | 1.904 |
| Saldo - final - circulante - 2013 e 2012 | 6.399 | 8.429 |

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 KWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos

estão registrados no balanço patrimonial na rubrica “baixa renda e outros créditos” no ativo circulante. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Subvenção CDE - desconto tarifário

| | 2013 |
|---|--------------|
| Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural | 30.449 |
| Antecipação repasse despacho ANEEL nº 1711/2013 | (25.667) |
| Total | 4.782 |

O Governo Federal, através do Despacho Aneel nº 1.711 de 29 de maio de 2013, disponibilizou R\$18.209 de recursos da CDE, os quais foram recebidos em 03 de junho de 2013, apropriados ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013, além de R\$7.458, liberados nos meses de março, abril e maio, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II)(empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

| | Serviços contratados (1) | Energia elétrica comprada para revenda (2) | Comissão aval (Despesa financeira)(3) | Saldo a pagar (fornecedores) |
|--|--------------------------|--|---------------------------------------|------------------------------|
| ENERGISA S/A | 13.084 | - | 7.442 | 1.038 |
| ESER | 150 | - | - | - |
| Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I,II,III, IV e Ventos de São Miguel | - | 317 | - | 81.060 |
| 2013 | 13.234 | 317 | 7.442 | 82.098 |
| 2012 | 12.240 | - | - | 961 |

- (1) Os serviços contratados junto a Controladora referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$995 (R\$842 em 2012) e da Diretoria foi de R\$2.515 (R\$1.924 em 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$289 (R\$278 em 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$476 (R\$441 em 2012).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$44 e R\$3 (R\$40 e R\$3 em 2012), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$13 (R\$12 em 2012).

Na AGO de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$4.465 (R\$4.209 em 31 de dezembro de 2012).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Ativo | | |
| Diferenças temporárias : | | |
| Imposto de renda | 43.539 | 28.414 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido | 15.673 | 10.229 |
| Total | 59.212 | 38.643 |
| Passivo | | |
| Imposto de renda | 5.488 | 3.336 |
| Contribuição social | 1.976 | 1.201 |
| Total | 7.464 | 4.537 |
| Total líquido - ativo não circulante | 51.748 | 34.106 |

As diferenças temporárias são como segue:

| | 2013 | | 2012 (ajustado) | |
|---|-----------------|---------------|-----------------|---------------|
| | base de cálculo | IRPJ + CSSL | base de cálculo | IRPJ + CSSL |
| Ativo | | | | |
| Provisão ajuste atuarial | 65.668 | 22.327 | 67.852 | 23.070 |
| Provisões para riscos | 18.846 | 6.408 | 20.547 | 6.986 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD | 10.910 | 3.709 | 9.634 | 3.276 |
| Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras) | 9.942 | 3.380 | 20.293 | 6.900 |
| Variações cambiais passivas | 70.957 | 24.125 | (7.265) | (2.470) |
| Marcação a mercado - derivativos | (17.791) | (6.049) | (15.394) | (5.234) |
| Ajustes a valor presente | 1.085 | 369 | 1.119 | 380 |
| Ativos regulatórios (CVA´s) | 8.287 | 2.818 | 15.330 | 5.212 |
| Outras adições (exclusões) temporárias | 6.248 | 2.125 | 1.540 | 523 |
| IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações: | (21.953) | (7.464) | (13.344) | (4.537) |
| Total - ativo não circulante | 152.199 | 51.748 | 100.312 | 34.106 |

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

| Período | Realizações de Créditos fiscais |
|--------------|---------------------------------|
| 2014 | 3.597 |
| 2015 | 3.597 |
| 2016 | 3.597 |
| 2017 | 3.597 |
| 2018 a 2023 | 37.360 |
| Total | 51.748 |

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

| | 2013 | 2012 Ajustado |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes dos impostos | 50.498 | 76.143 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas | (17.169) | (25.889) |
| Ajustes: | | |
| Redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo Fiscal Sudene (*) | 11.373 | 16.392 |
| Adições permanentes | 859 | 2.525 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (4.937) | (6.972) |
| Alíquota efetiva | 9,8% | 9,1% |

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$11.373 (R\$16.392 em 2012) foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo registrado no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$8.609 (R\$13.344 em 2012).

As contas a receber da concessão estão classificadas como disponíveis para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

| | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Ativo financeiro custo histórico - 2012 e 01/01/2012 | 130.146 | 34.021 |
| Adições no exercício (*) | 44.575 | 83.810 |
| Baixas no exercício | (463) | (1.029) |
| Ativo financeiro custo histórico | 174.258 | 116.802 |
| Atualização do contas a receber da concessão - VNR | 8.609 | 13.344 |
| Ativo financeiro custo corrigido - 2013 e 2012 | 182.867 | 130.146 |

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

15. Intangível e Imobilizado

| | 2013 | 2012 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Intangível - Contrato de concessão | 235.795 | 248.178 |
| Direito de concessão | 314.255 | 332.947 |
| Imobilizado | 6.178 | 5.062 |
| Total | 556.228 | 586.187 |

a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

| INTANGÍVEL | Saldo 2012 | Adição | Transferências | Baixas (*) | Amortização | Saldo 2013 |
|--|----------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | |
| Custo: | 696.063 | - | 45.686 | (14.486) | - | 727.263 |
| Amortização Acumulada | (309.518) | - | - | 11.542 | (33.432) | (331.408) |
| Subtotal | 386.545 | - | 45.686 | (2.944) | (33.432) | 395.855 |
| Em Curso | 42.584 | 79.779 | (47.936) | (38.257) | - | 36.170 |
| Total | 429.129 | 79.779 | (2.250) | (41.201) | (33.432) | 432.025 |
| (-) Obrigações vinculadas à concessão | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 154.810 | - | 13.139 | (98) | - | 167.851 |
| Amortização Acumulada | (32.276) | - | - | - | (7.968) | (40.244) |
| Subtotal | 122.534 | - | 13.139 | (98) | (7.968) | 127.607 |
| Em Curso | 58.417 | 23.345 | (13.139) | - | - | 68.623 |
| Total das Obrigações vinculadas à concessão | 180.951 | 23.345 | - | (98) | (7.968) | 196.230 |
| Total Intangível | 248.178 | 56.434 | (2.250) | (41.103) | (25.464) | 235.795 |
| IMOBILIZADO | | | | | | |
| Imobilizado em serviço | | | | | | |
| Custo: | | | | | | |
| Software | 19 | - | - | - | - | 19 |
| Máquinas e equipamentos | 8.038 | - | 2.176 | (6) | - | 10.208 |
| Veículos | 308 | - | - | - | - | 308 |
| Móveis e utensílios | 7.206 | - | 74 | (447) | - | 6.833 |
| Depreciação Acumulada | (10.509) | - | - | 439 | (1.120) | (11.190) |
| Total Imobilizado em serviço | 5.062 | - | 2.250 | (14) | (1.120) | 6.178 |
| Total Geral | 253.240 | 56.434 | - | (41.117) | (26.584) | 241.973 |

(*) Das baixas no montante de R\$41.117, R\$38.257 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$2.860 referem-se a baixas realizadas no exercício.

Das adições de obrigações especiais, cerca de R\$6.318 foram transferidas do contas a receber da concessão.

| INTANGÍVEL | Saldo 01/01/2012 | Adição | Transferências | Baixas (*) | Amortização | Saldo 2012 |
|--|---------------------|---------------|-----------------|------------------|-----------------|----------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | |
| Custo: | 722.459 | - | 50.165 | (76.561) | - | 696.063 |
| Amortização Acumulada | (301.151) | - | 14.838 | 7.529 | (30.734) | (309.518) |
| Subtotal | 421.308 | - | 65.003 | (69.032) | (30.734) | 386.545 |
| Em Curso | 80.842 | 94.281 | (79.363) | (53.176) | - | 42.584 |
| Total | 502.150 | 94.281 | (14.360) | (122.208) | (30.734) | 429.129 |
| (-) Obrigações vinculadas à concessão | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 156.971 | - | 20.016 | (22.177) | - | 154.810 |
| Amortização Acumulada | (25.099) | - | - | - | (7.177) | (32.276) |
| Subtotal | 131.872 | - | 20.016 | (22.177) | (7.177) | 122.534 |
| Em Curso | 74.294 | 11.139 | (20.016) | (7.000) | - | 58.417 |
| Total das Obrigações vinculadas à concessão | 206.166 | 11.139 | - | (29.177) | (7.177) | 180.951 |
| Total Intangível | 295.984 | 83.142 | (14.360) | (93.031) | (23.557) | 248.178 |
| IMOBILIZADO | | | | | | |
| Imobilizado em serviço | | | | | | |
| Custo: | | | | | | |
| Software | - | - | 19 | - | - | 19 |
| Edificações e benfeitorias | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e equipamentos | - | - | 21.665 | (13.627) | - | 8.038 |
| Veículos | - | - | 308 | - | - | 308 |
| Móveis e utensílios | - | - | 7.206 | - | - | 7.206 |
| Depreciação Acumulada | - | - | (14.838) | 4.931 | (602) | (10.509) |
| Total Imobilizado em serviço | - | - | 14.360 | (8.696) | (602) | 5.062 |
| Total Geral | 295.984 | 83.142 | - | (101.727) | (24.159) | 253.240 |

(*) Das baixas no montante de R\$101.727, R\$46.176 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão e R\$55.551 referem-se a baixas realizadas no exercício. Cerca de R\$37.634 referente a aplicação da Resolução normativa nº 474 - novas taxas de depreciação no contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,78% (3,77% em 2012).

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em abril de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

| Obrigações vinculadas à concessão: | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------------|
| Contribuições do consumidor | 93.996 | 80.974 |
| Participação da União - recursos CDE | 132.906 | 132.617 |
| Participação do Governo do Estado | 43.081 | 43.081 |
| Reserva para reversão | 302 | 302 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 3.316 | - |
| (-) Amortização acumulada | (40.244) | (32.276) |
| Total | 233.357 | 224.698 |
| Alocação: | | |
| Contas a receber da concessão | 37.127 | 43.747 |
| Infraestrutura - Intangível em serviço | 127.607 | 122.534 |
| Infraestrutura - Intangível em curso | 65.307 | 58.417 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 3.316 | - |
| Total | 233.357 | 224.698 |

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$3.316.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Encargos financeiros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

| | 2013 | 2012 |
|--|---------------|---------------|
| Encargos de dívidas - juros | 48.960 | 55.928 |
| (-) transferência para o intangível em curso (*) | (2.117) | (4.422) |
| Efeito líquido no resultado | 46.843 | 51.506 |

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

| Taxas de depreciação do ativo imobilizado | 2013 |
|---|--------|
| Edificações e benfeitorias | 3,33% |
| Máquinas e equipamentos | 6,25% |
| Veículos | 14,29% |
| Móveis e utensílios | 6,25% |

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2013, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

| Período de amortização | Saldo | Redução do imposto de renda e contribuição social |
|------------------------|----------------|---|
| 2013 e 2014 | 19.199 | 6.528 |
| 2015 e 2016 | 39.907 | 13.568 |
| 2017 e 2018 | 41.927 | 14.255 |
| 2019 e 2020 | 43.943 | 14.941 |
| 2021 e 2022 | 45.932 | 15.617 |
| 2023 e 2024 | 47.905 | 16.288 |
| 2025 em diante | 75.442 | 25.650 |
| Total | 314.255 | 106.847 |

A movimentação está apresentada a seguir:

| | 2013 | 2012 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo - inicial - 2012 e 01/01/2012 | 332.947 | 351.138 |
| Amortização no exercício | (18.692) | (18.191) |
| Saldo - final - 2013 e 2012 | 314.255 | 332.947 |

16. Fornecedores

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Suprimento (1): | | |
| CCEE | 1.134 | - |
| Contratos Bilaterais (1) | 33.413 | 37.615 |
| Uso de rede básica (1) | 2.629 | 7.799 |
| Conexão à rede (1) | 238 | 354 |
| Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1) | 1.651 | 4.147 |
| Materiais, serviços e outros (2) | 17.850 | 15.079 |
| | 56.915 | 64.994 |
| Circulante | 54.538 | 63.031 |
| Não Circulante | 2.377 | 1.963 |

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|---|--------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------|
| | | Circulante | Não Circulante | 2013 | 2012 | |
| Em moeda nacional | | | | | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III(*) | 114 | - | 15.000 | 15.114 | 15.078 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 13 | 153 | 290 | 456 | 620 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | 45 | 421 | 1.554 | 2.020 | 2.488 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche | 65 | 512 | 2.035 | 2.612 | 3.060 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche | 1 | 45 | 313 | 359 | 461 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche | - | 29 | 222 | 251 | 287 | |
| Eletrobrás - Subtransmissão | 117 | 3.141 | 820 | 4.078 | 5.836 | |
| Eletrobrás - Devolução LPT | - | - | - | - | 1.489 | |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | 303 | 2.229 | 6.267 | 8.799 | 11.033 | |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT) | 535 | 3.262 | 3.670 | 7.467 | 9.490 | |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE) | 780 | 2.649 | 15.568 | 18.997 | 21.692 | |
| Banco ABC - repasse BNDES | 567 | 5.239 | 27.385 | 33.191 | - | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | 53 | 804 | 10.276 | 11.133 | 5.843 | |
| Financiamento INERGUS Plano de Benefício Definido - BD - 1 | - | - | - | - | 30.169 | (2) |
| Financiamento INERGUS Plano Saldado | - | - | - | - | 26.809 | (2) |
| Total em moeda nacional | 2.593 | 18.484 | 83.400 | 104.477 | 134.355 | |
| (-) custos de captação incorridos na contratação | (153) | - | (624) | (777) | (790) | |
| Em moeda estrangeira | | | | | | |
| NOTES UNITS | - | - | - | - | 230.208 | (1) |
| Bank of America Merrill Lynch | 54 | - | 70.278 | 70.332 | 61.440 | (3) |
| Banco Itaú BBA | 1.017 | - | 117.671 | 118.688 | - | (3) |
| Banco Citibank | 672 | - | 117.133 | 117.805 | - | (3) |
| Total em moeda estrangeira | 1.743 | - | 305.082 | 306.825 | 291.648 | |
| (-) custos de captação incorridos na contratação | - | - | - | - | (708) | |
| Total | 4.183 | 18.484 | 387.858 | 410.525 | 424.505 | |

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.693 (R\$10.364 em 31 de dezembro de 2012), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

- (1) Em 19 de julho de 2013, foi efetivado a liquidação da emissão dos "bonds" de prazo de 7 anos em dólares norte-americanos, denominados "Notes Units", no montante de R\$254.625.
- (2) A Companhia também liquidou antecipadamente, em 10 de julho e 19 de setembro de 2013 a totalidade do financiamento com o INERGUS - Instituto Energipe de Seguridade Social, referente ao Plano de benefício Definido e Saldado nos montante de R\$26.492 e R\$30.203, respectivamente.
- (3) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).

Em Reunião do Conselho de Administração de 08 de novembro de 2013, foi aprovada a contratação da Cédula de Crédito Bancário - Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES no montante de R\$22.687, a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A, com vencimento em 15 de março de 2020 com taxa de juros de TJLP mais 2,90% a.a. e noventa dias de carência, destinados a implementação do programa de investimentos para a expansão, modernização e adequação do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

| Operação | Características da Operação | | | Prazo Médio meses | Custo da Dívida | | TIR (Taxa efetiva de juros) | Ref |
|---|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------------------|-----|
| | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | | Indexador | Tx de Juros aa | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | dez-2020 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 66 | CDI | + 0,7% | 8,82% | |
| Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche | out-2016 | mensal | Recebíveis | 17 | RGR | 5,0% | 5,0% | |
| Eletróbrás - Luz para Todos - 2ª tranche | abr-2018 | mensal | Recebíveis | 26 | RGR | 5,0% | 5,0% | |
| Eletróbrás - Luz para Todos - 3ª tranche | out-2019 | mensal | Recebíveis | 34 | RGR | 5,0% | 5,0% | |
| Eletróbrás - Luz para Todos - 4ª tranche | jul-2022 | mensal | Recebíveis | 51 | RGR | 5,0% | 5,0% | |
| Eletróbrás - Luz para Todos - 5ª tranche | out-2022 | mensal | Recebíveis | 53 | RGR | 5,0% | 5,0% | |
| Eletróbrás - Subtransmissão | mar-2016 | mensal | Recebíveis | 9 | RGR | 5,0% | 5,0% | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) | jun-2017 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 21 | pré-fixado | 8,3% | 8,3% | (2) |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) | jun-2017 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 16 | TJLP | + 4,0% | 9,2% | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) | ago-2019 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 34 | pré-fixado | 8,4% | 8,4% | (2) |
| Banco ABC - Repasse BNDES | Mai - 2019 | mensal | Aval Energisa S.A. | 35 | TJLP | + De 2,2% a 4,10% | De 7,3% a 9,3% | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | Ate fev-2021 | mensal | Aval Energisa S/A | 54 | pré-fixado | De 2,5% a 5,5% | 2,5% a 5,5% | |
| Bank of America Merrill Lynch | set-2015 | final | Aval Energisa S/A | 21 | Libor | + 2,45% | 18,02% | (1) |
| Banco Itaú BBA | Abr-2018 | Anual, após abr-2018 | Aval Energisa S/A | 46 | Dólar | + 3,4892 | 18,64% | |
| Citibank | Abr-2018 | final | Aval Energisa S/A | 52 | Libor | + 1,91% | 17,40% | |

1 - Possui Swap.
2 - Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

| Moeda/indicadores | 2013 | 2012 |
|-------------------|--------|-------|
| US\$ x R\$ | 14,64% | 8,94% |
| TJLP | 5,00% | 5,50% |
| SELIC | 8,22% | 8,49% |
| CDI | 8,06% | 8,40% |
| IPCA | 5,91% | 5,84% |
| IGP-M | 5,53% | 7,81% |

Em 31 de dezembro de 2013, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

| | 2013 |
|--------------|----------------|
| 2015 | 86.710 |
| 2016 | 16.085 |
| 2017 | 72.658 |
| 2018 | 192.438 |
| 2019 | 11.539 |
| Após 2019 | 8.428 |
| Total | 387.858 |

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Saldos em 2012 e 01/01/2012 | 424.505 | 366.764 |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 241.480 | 67.049 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 101.244 | 72.503 |
| Pagamento de principal | (315.538) | (50.015) |
| Pagamento de juros | (41.166) | (31.796) |
| Saldos em 2013 e 2012 | 410.525 | 424.505 |
| Circulante | 22.667 | 253.924 |
| Não circulante | 387.858 | 170.581 |

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

| Contratos | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 em diante | Total |
|---|------------|------------|------------|----------------|------------|
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | 25 | 25 | 25 | 98 | 173 |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | 30 | 30 | 30 | 15 | 105 |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT) | 25 | 25 | 25 | 12 | 87 |
| Banco ABC - repasse BNDES | 17 | 17 | 17 | 43 | 94 |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE) | 56 | 56 | 56 | 150 | 318 |
| Total | 153 | 153 | 153 | 318 | 777 |

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

| | 1ª Emissão | 2ª Emissão (1) | 3ª Emissão | Total |
|-----------------------------|--|----------------|---------------|---------|
| Tipo de emissão | Pública | Pública | Pública | |
| Data de emissão | 08/11/2007 | 15/12/2009 | 30/10/2013 | |
| Data de vencimento | 08/11/2015 | 15/12/2014 | 30/10/2019 | |
| Garantia | Quirografária com fiança da Energisa S/A | Quirografária | Quirografária | |
| Rendimentos | Variação Cambial + 8,85% a.a | CDI + 1,0% a.a | 115% do CDI | |
| TIR (taxa efetiva de juros) | 24,78% a.a. | 9,14% a.a. | 9,27% | |
| Quantidade de títulos | 42.000 | 60.000 | 60 | |
| Valor na data de emissão | 73.248 | 60.000 | 60 | |
| Títulos em circulação | 42.000 | 60.000 | 60 | |
| Carência de Juros | 6 meses | 6 meses | 24 meses | |
| Data de repactuação | - | 15/12/2012 | - | |
| Amortizações/parcelas | 3 anuais | Final | 5 anuais | |
| Saldos em 2013 (2) | - | 60.051 | 61.062 | 121.113 |
| Circulante | - | 60.051 | 1.062 | 61.113 |
| Não circulante | - | - | 60.000 | 60.000 |
| Saldos em 2012 (2) | 86.749 | 45.560 | - | 132.309 |
| Circulante | 29.601 | 95 | - | 29.696 |
| Não circulante | 57.148 | 45.465 | - | 102.613 |

1) Deduzido de R\$195 (R\$705 em 2012) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2013 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

| | 2013 |
|--------------|---------------|
| 2015 | 12.000 |
| 2016 | 12.000 |
| 2017 | 12.000 |
| 2018 | 12.000 |
| 2019 | 12.000 |
| Total | 60.000 |

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em 17 de outubro de 2013 pela realização do resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da sua 1ª emissão. As 42.000 debêntures, que incorriam ao custo equivalente a variação cambial mais 8,85% ao ano, foram resgatadas pelo montante de R\$64.337 em 8 de novembro de 2013, já tendo sido amortizados nesta mesma data o montante de R\$36.095, conforme previsto na escritura de emissão.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em 17 de outubro de 2013 pela realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária,

no montante de R\$60.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. Foram emitidas 60 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000 na data de emissão (30 de outubro de 2013), com vencimento em 30 de outubro de 2019. Os recursos foram utilizados para resgatar antecipadamente a 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Do total de 60.000 Debêntures objeto da 2ª Emissão de Debêntures da Energisa Sergipe, 45.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 14.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de vendas pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$14.255.

Clausulas de repactuação:

| Descrição | Empresa | Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo | Prêmio | Condições |
|-----------------------|------------------|---|--------|--|
| Debêntures 2ª emissão | Energisa Sergipe | 15 de dezembro de 2012 | Não há | O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas |

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Saldos em 2012 e 01/01/2012 | 132.309 | 139.558 |
| Novas emissões de debêntures-3ª emissão | 74.273 | - |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 23.451 | 20.775 |
| Recompra de debêntures 1ª e 2ª emissão | (96.084) | (14.255) |
| Pagamento de juros | (12.836) | (13.769) |
| Saldos em 2013 e 2012 | 121.113 | 132.309 |
| Circulante | 61.113 | 29.696 |
| Não circulante | 60.000 | 102.613 |

19. Tributos e contribuições sociais

| | 2013 | 2012 |
|------------------|---------------|---------------|
| ICMS | 14.359 | 15.826 |
| Encargos Sociais | 1.304 | 1.151 |
| IRPJ | 8.907 | 6.195 |
| CSSL | 4.260 | 6.710 |
| PIS/COFINS | 8.151 | 13.067 |
| Outros | 1.012 | 654 |
| Total | 37.993 | 43.603 |
| Circulante | 26.539 | 35.376 |
| Não circulante | 11.454 | 8.227 |

20. Parcelamento de impostos

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|-------|-------|
| Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV | 6.093 | 7.523 |
| Número de parcelas | 39 | 51 |

Resultados de 2013

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$6.093 (R\$7.523 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo dos impostos parcelados no consolidado está assim programada:

| | 2013 | 2012 |
|----------------|--------------|--------------|
| 2013 | - | 1.770 |
| 2014 | 1.875 | 1.770 |
| 2015 | 1.875 | 1.771 |
| Após 2015 | 2.343 | 2.212 |
| Total | 6.093 | 7.523 |
| Circulante | 1.875 | 1.770 |
| Não circulante | 4.218 | 5.753 |

21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais:

A Administração da ENERGISA SE, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

| | 2012 | Provisões constituídas | Reversões de provisões | Atualização | 2013 |
|------------------------------------|---------------|------------------------|------------------------|--------------|---------------|
| Trabalhistas | 15.948 | 2.655 | (5.298) | 794 | 14.099 |
| Cíveis | 4.599 | 687 | (790) | 251 | 4.747 |
| Total | 20.547 | 3.342 | (6.088) | 1.045 | 18.846 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (14.673) | | | | (19.118) |

| | Saldo inicial 01/01/2012 | Provisões constituídas | Reversões de provisões | Atualização | Saldo final 2012 |
|------------------------------------|--------------------------|------------------------|------------------------|--------------|------------------|
| Trabalhistas | 15.021 | 3.412 | (3.385) | 900 | 15.948 |
| Cíveis | 5.208 | 299 | (1.177) | 269 | 4.599 |
| Total | 20.229 | 3.711 | (4.562) | 1.169 | 20.547 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (13.227) | - | - | - | (14.673) |

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$28.769 (R\$21.818 em 2012). Desse total, R\$9.651 (R\$7.145 em 2012) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$5.888 (R\$4.621 em 2012), sendo de indenizações trabalhistas R\$2.998 (R\$3.341 em 2012) e de indenizações cíveis R\$2.890 (R\$1.280 em 2012).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$3.655 (R\$3.410 em 2012), registrado na rubrica fornecedores.

Perdas prováveis

Trabalhistas

Referem-se a reclamação trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas Possíveis

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$13.972 (R\$6.474 em 2012), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

As causas possíveis trabalhistas incrementadas no exercício de R\$7.498, cerca de R\$6.692 refere-se a ação civil pública movida pelo Ministério Público, que objetiva impedir a terceirização na Companhia e determina obrigações relacionadas à saúde e segurança do trabalho. Foi protocolado Recurso Ordinário da Cia para o TRT, o qual foi dado provimento, anulando a sentença e de todos os atos processuais e determinou o retorno do processo à 1ª instância para nova instrução processual e apreciação da matéria a feita na fase instrutória, de todas as questões jurídico processuais postas pelas partes, e não apreciadas ante a nulidade dos atos declarados no Juízo Revisional (TRT).

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$26.584 (R\$26.165 em 2012), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$237.141 (R\$208.714 em 2012), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, etc.

As causas possíveis fiscais incrementadas no exercício de R\$28.427, refere-se Auto de Infração da União Federal (Fazenda Nacional) lavrado para exigência de crédito tributário do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, por entender que adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, deveria ser tratado como operações de mútuo.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado está representado por 195.509 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi aprovado: (i) aumento de capital da Companhia em R\$16.392, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$345.762; (ii) cancelamento de 11 (onze) ações ordinárias que se encontravam em tesouraria pelo valor de R\$18, a serem absorvidos pela reserva de capital - reserva de remuneração de imobilizações; e (iii) conversão da totalidade das ações preferenciais nominativas da Companhia em ações ordinárias nominativas, na proporção de um para um, passando o capital acima mencionado a ser representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

22.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

22.3. Reserva de lucros - redução de imposto de renda

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada para o período de 2012 a 2021, através do Ofício Sudene nº 2040/2012 - Laudo Constitutivo nº 205/2012, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apurou R\$11.373 (R\$16.392 em 2012) de redução de imposto de renda e adicionais.

22.4. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 45.561 | 69.051 |
| Lucros acumulados | 120 | - |
| Reserva legal (5%) | (2.278) | (3.453) |
| Lucro da Exploração - Benefício Fiscal ADENE | (11.373) | (16.392) |
| Lucro líquido ajustado | 32.030 | 49.206 |
| | | |
| Dividendos obrigatórios (25%) | 8.007 | 12.302 |
| | | |
| Dividendos antecipados pagos (*): | | |
| . Em agosto de 2013 - R\$66,3694 (agosto de 2012 - R\$148,23) por ação | 12.976 | 28.980 |
| . Em dezembro de 2013 - R\$40,9188 (dezembro de 2012 - R\$64,10) por ação | 8.000 | 12.532 |
| | 20.976 | 41.512 |
| Dividendos adicionais propostos R\$55,92 (R\$39,35 em 2012) por ação (**) | 11.054 | 7.694 |
| | | |
| Total dos dividendos | 32.030 | 49.206 |
| | | |
| % sobre o lucro líquido ajustado | 100 | 100 |

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 08 de agosto e 19 de dezembro de 2013 (09 de agosto e 20 de dezembro de 2012) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de novembro de 2013 e 2012.

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

23. Receitas operacionais

| | 2013 | | | 2012 | | |
|--|--|------------------|----------------|--|------------------|------------------|
| | Não auditado pelos auditores independentes | | R\$ | Não auditado pelos auditores independentes | | R\$ |
| | Nº de consumidores | MWh | | Nº de consumidores | MWh | |
| Residencial | 610.965 | 918.201 | 383.334 | 585.080 | 840.768 | 400.034 |
| Industrial | 2.653 | 289.501 | 85.399 | 2.677 | 305.736 | 106.060 |
| Comercial | 40.702 | 497.687 | 212.999 | 39.081 | 475.771 | 221.712 |
| Rural | 18.390 | 106.906 | 29.251 | 18.102 | 108.803 | 22.784 |
| Poder Público: | | | | | | |
| Federal | 113 | 32.448 | 10.517 | 112 | 30.644 | 12.076 |
| Estadual | 4.632 | 66.179 | 21.840 | 4.605 | 62.500 | 25.077 |
| Municipal | 771 | 31.137 | 10.275 | 767 | 29.406 | 11.799 |
| Iluminação Pública | 725 | 154.953 | 26.221 | 633 | 149.183 | 28.303 |
| Serviço Público | 1.196 | 212.370 | 42.816 | 1.171 | 209.633 | 42.354 |
| Consumo Próprio | 86 | 3.083 | - | 50 | 2.893 | - |
| Subtotal | 680.233 | 2.312.465 | 822.652 | 652.278 | 2.215.337 | 870.199 |
| Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão | - | - | 9.967 | - | - | 6.656 |
| Suprimento | 2 | 225.372 | 35.926 | 2 | 289.993 | 50.184 |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | 14.754 | 1.276 | - | 25.463 | 4.508 |
| Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição | 17 | - | 41.256 | 15 | - | 55.033 |
| Receita de Construção | - | - | 68.418 | - | - | 78.086 |
| Outras receitas operacionais | - | - | 13.932 | - | - | 13.740 |
| Total - receita operacional bruta | 680.252 | 2.552.591 | 993.427 | 652.295 | 2.530.793 | 1.078.406 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | |
| ICMS | - | - | 169.795 | - | - | 182.647 |
| PIS | - | - | 15.156 | - | - | 16.232 |
| COFINS | - | - | 69.814 | - | - | 74.769 |
| ISS | - | - | 197 | - | - | 142 |
| Quota para RGR | - | - | -2.466 | - | - | 10.234 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | 3.267 | - | - | 3.373 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | 1.633 | - | - | 5.738 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CCC | - | - | 1.481 | - | - | 21.912 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | - | - | 3.262 | - | - | 5.396 |
| Receita de Ultrapassagem de Demanda de Energia Reativa Excedente | - | - | 3.316 | - | - | - |
| Total | - | - | 265.455 | - | - | 320.443 |
| Total - receita operacional líquida | 680.252 | 2.552.591 | 727.972 | 652.295 | 2.530.793 | 757.963 |

24. Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

| NATUREZA DO GASTO | CUSTO DO SERVIÇO | | | | DESPESAS OPERACIONAIS | | |
|---|----------------------------|----------------|----------------------------|---------------|--------------------------|----------------|----------------|
| | COM ENERGIA ELÉTRICA | DE OPERAÇÃO | PRESTADO A TERCEIROS | COM VENDAS | GERAIS E ADMINIST. | TOTAL | |
| | | | | | | 2013 | 2012 |
| Energia elétrica comprada para revenda (*) | 334.116 | - | - | - | - | 334.116 | 310.961 |
| Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*) | 17.843 | - | - | - | - | 17.843 | 50.609 |
| Pessoal e administradores | - | 26.483 | 52 | 4.638 | 35.501 | 66.674 | 69.223 |
| Entidade de previdência privada | - | 4.358 | - | 762 | 5.831 | 10.951 | 6.990 |
| Material | - | 3.314 | 3.001 | 1.576 | 1.242 | 9.133 | 10.157 |
| Serviços de terceiros | - | 6.154 | 5.034 | 9.559 | 26.744 | 47.491 | 50.715 |
| Depreciação e amortização | - | 23.678 | - | 83 | 21.516 | 45.277 | 42.339 |
| Provisão p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis | - | - | - | 3.430 | - | 3.430 | 5.190 |
| Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais | - | -2.746 | - | - | - | -2.746 | -851 |
| Custo de construção | - | - | 68.418 | - | - | 68.418 | 78.086 |
| Outras | - | 2.151 | 7 | 1.754 | 6.607 | 10.519 | 8.259 |
| | 351.959 | 63.392 | 76.512 | 21.802 | 97.441 | 611.106 | 631.678 |

(*) Deduzido de R\$31.041 e R\$26.908 referente aos valores dos recursos da CDE repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Os valores foram registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

25. Outros resultados

| | 2013 | 2012 |
|--|--------------|-----------------|
| Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos | 7.095 | 4.699 |
| Perdas na desativação/alienação de bens e direitos | (5.086) | (20.771) |
| Outras receitas | 34 | 285 |
| Total | 2.043 | (15.787) |

26. Receitas e despesas financeiras

| | 2013 | 2012 |
|--|------------------|-----------------|
| Receita de aplicações financeiras | 11.395 | 7.384 |
| Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida | 12.712 | 12.293 |
| Atualização do contas a receber concessão - VNR | 8.609 | 13.344 |
| Outras receitas financeiras | 8.907 | 3.077 |
| Total receita financeira | 41.623 | 36.098 |
| Encargos de dívidas - juros | (48.960) | (55.928) |
| Encargos de dívidas - variação monetária e cambial | (75.735) | (37.350) |
| (-) Transferência para ordens em curso | 2.117 | 4.422 |
| Ajuste valor presente ativo | 34 | 1.772 |
| Marcação a mercado dos derivativos | (34.749) | 4.260 |
| Instrumentos financeiros dos derivativos | 62.731 | 20.766 |
| Outras despesas financeiras | (15.472) | (8.395) |
| Total despesa financeira | (110.034) | (70.453) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | (68.411) | (34.355) |

27. Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações em circulação no final do exercício correspondente a 195.509 ações ordinárias.

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

| Ramos | Data de Vencimento | Importância Segurada | Prêmio anual | |
|---|--------------------|------------------------|--------------|------------|
| | | | 2013 | 2012 |
| Riscos Operacionais | 23/10/2014 | 35.320 | 208 | 245 |
| Responsabilidade Civil Geral | 23/10/2014 | 50.600 | 186 | 167 |
| Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros. | 23/10/2014 | Até R\$360 mil/veículo | 120 | 84 |
| Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais | 31/12/2014 | 52.102 | 237 | 226 |
| | | | 751 | 722 |

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| ATIVO | 2013 | | 2012 | |
|--|----------|-------------|----------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalente de caixa | 30.452 | 30.452 | 53.225 | 53.225 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 39.575 | 39.575 | 56.502 | 56.502 |
| Consumidores e concessionárias | 98.810 | 98.810 | 125.061 | 125.061 |
| Títulos de créditos a receber e outros | 10.207 | 10.207 | 11.849 | 11.849 |
| Conta a receber da concessão | 182.867 | 182.867 | 130.146 | 130.146 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 17.791 | 17.791 | 15.394 | 15.394 |
| PASSIVO | | | | |
| Fornecedores | 56.915 | 56.915 | 64.994 | 64.994 |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 531.638 | 532.983 | 556.814 | 572.071 |

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 2ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses o FIDC e a 3ª emissão de debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvam a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

- **Gestão de risco de capital**

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

| | 2013 | 2012 |
|---------------------------------|----------|----------|
| Dívida (a) | 531.638 | 556.814 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (30.452) | (53.225) |
| Dívida líquida | 501.186 | 503.589 |
| Patrimônio líquido (b) | 378.167 | 344.585 |
| Índice de endividamento líquido | 1,33 | 1,46 |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

| | Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Fornecedores | | 54.538 | - | - | - | 2.377 | 56.915 |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 10,69% | 22.226 | 80.537 | 137.947 | 304.463 | 22.405 | 567.578 |
| Total | | 76.764 | 80.537 | 137.947 | 304.463 | 24.782 | 624.493 |

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

| | 2013 | 2012 |
|--|---------|---------|
| Caixa e equivalente de caixa | 30.452 | 53.225 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 39.575 | 56.502 |
| Consumidores e concessionárias | 98.810 | 125.061 |
| Títulos de créditos a receber e outros | 10.207 | 11.849 |
| Conta a receber da concessão | 182.867 | 130.146 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 17.791 | 15.394 |

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 29.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 20, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com alta de 15% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,3426/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2013 de R\$532.610 (R\$559.017 em 2012), R\$306.825 (R\$379.105 em 2012) estão representados em dólares pela emissão internacional de (i) US\$30 milhões (US\$ 30 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch, cujo saldo no final do exercício, incluindo juros da ordem de R\$70,3 milhões. (ii) US\$50,7 milhões (US\$ 50,2 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA, cujo saldo no final do exercício, incluindo juros da ordem de R\$118,7 milhões. (iii) US\$50,3 milhões (US\$ 50 milhões de principal) empréstimo captado junto ao Banco Citibank, cujo saldo no final do exercício, incluindo juros da ordem de R\$117,8 milhões.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo (vencimentos até 2018) e custos de até US\$ mais 4,105% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 apresenta R\$17.791 (R\$15.394 em 2012) no ativo não circulante a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar, poderão implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

| Dívida | Notional (USD) | Custo Financeiro | Vencimento | Limitador |
|-----------------------|----------------|------------------|------------|------------------------------|
| Loan 4131 BAML | 30.000 | | 21/09/2015 | 2,90(Set-15) |
| P. Ativa | | Libor + 2,45% | | |
| P. Passiva | | 100,0% CDI | | |
| Loan 4131 Itaú BBA | 50.231 | | 17/04/2018 | 3,11(Abr-17) 3,30(Abr-18) |
| P. Ativa | | VC + 4,105% | | |
| P. Passiva | | 108,95% CDI | | |
| Loan 4131 Citibank | | | 19/04/2018 | 3,31(Abr-18) |
| P. Ativa | 50.000 | Libor + 1,91% | | |
| P. Passiva | | 103,5% CDI | | |

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM nº CVM 603/09, apresentam-se resumidamente abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e que podem ser assim resumidos:

| Instrumentos financeiros derivativos | | | | | |
|--|---------------------|---------|------------------------------------|---------------|---------------|
| | Valor de Referência | | Descrição | Valor Justo | |
| | 2013 | 2012 | | 2013 | 2012 |
| | | | Posição Ativa | | |
| | - | 227.728 | Moeda Estrangeira- USD | - | 333.105 |
| Swap com opções - Bond e Debênture | | | Posição Passiva | | |
| | | | Taxa de Juros CDI | - | (319.734) |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | - | (106) |
| | | | | - | 13.265 |
| | | | Posição Ativa | - | - |
| | | | Moeda Estrangeira- USD | 318.747 | 64.174 |
| Swap com Opções Merrill Lynch/Itau BBA/Citibank | 260.770 | 60.690 | Posição Passiva | - | - |
| | | | Taxa de Juros CDI | (269.483) | (60.770) |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (31.473) | (1.275) |
| | | | | 17.791 | 2.129 |

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de dezembro de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2013 e 2012 com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para data base das informações contábeis intermediárias):

| Operação | Exposição | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|---|-----------|-------------|-----------------------------|--|---|
| Instrumentos financeiros - Empréstimos | 306.825 | | 62.692 | (1.321) | (65.334) |
| Swap com Opções: | | | | | |
| Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD | 318.747 | Alta USD | 256.055 | 320.068 | 384.082 |
| Posição Passiva - Taxa de Juros CDI | (269.483) | | (269.483) | (269.483) | (269.483) |
| Opções de Moeda Estrangeira - USD | (31.474) | | - | (4.134) | (44.141) |
| Subtotal | | | (13.428) | 46.451 | 70.458 |
| Total | - | | 49.264 | 45.130 | 5.124 |

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2013, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$49.264, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, em determinados cenários de deterioração do real frente ao dólar, com 25% e 50% de desvalorização do real, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$45.130 e de R\$5.124, respectivamente.

Resultados de 2013

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2013 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,47%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| Instrumentos | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|---------------------|--------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Instrumentos financeiros ativos: | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 58.883 | Alta do CDI | 6.120 | 7.649 | 9.179 |
| Instrumentos financeiros passivos: | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures. | (136.422) | Alta do CDI | (9.224) | (11.530) | (13.836) |
| | (37.260) | Alta da TJLP | (1.930) | (2.412) | (2.895) |
| | (27.796) | Alta do FNE | (1.807) | (2.259) | (2.711) |
| Subtotal (**) | (201.478) | | (12.961) | (16.201) | (19.442) |
| Total (Perdas) | (142.595) | | (6.841) | (8.552) | (10.263) |

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (10,47% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro 2013, TJLP 5% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste, já refletindo bônus de adimplimento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$306.825

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| Instrumentos financeiros | Nível | 2013 | 2012 |
|--|-------|---------|---------|
| Ativos | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2 | 39.575 | 56.502 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 17.791 | 15.394 |
| Contas a receber da concessão | 3 | 182.867 | 130.146 |

30. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefício previdenciário mantidos pela Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desses planos a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos

planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa Sergipe com o respectivo fundo patrocinado - Inergus. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

| Empresa | Plano Beneficiário | Contribuição anual | | % s/ folha de pagamento | Déficit atuarial | |
|-------------|--------------------|--------------------|------|-------------------------|------------------|---------------|
| | | 2013 | 2012 | | 2013 | 2012 (*) |
| | | | | | | (ajustado) |
| Energisa SE | BD | 1.125 | 895 | 2,13 | 66.557 | 55.455 |
| Energisa SE | CD | 962 | 905 | 2,5 | - | - |
| Energisa SE | PS | 476 | 458 | 0,9 | - | 37.855 |
| | | | | | 66.557 | 93.310 |

(*) A Companhia possuía contratos de assunção de dívidas, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$56.978.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pelo INERGUS, o qual emitiu parecer, sem apresentar comentário que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

| | 2013 | | 2012 | |
|--|----------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | PS | BD | PS | BD (ajustado) |
| Valor presente das obrigações atuariais | (36.493) | (103.847) | (50.759) | (107.241) |
| Valor justo dos ativos do plano | 40.605 | 37.290 | 12.904 | 51.786 |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos | 4.112 | (66.557) | (37.855) | (55.455) |
| Redução dos ativos do plano | (4.112) | - | - | - |
| Passivo líquido | - | (66.557) | (37.855) | (55.455) |

Demonstração das despesas do Plano de benefício Inergus, para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

| | PS | BD |
|---------------------------------------|------------|--------------|
| Custo do serviço corrente | 1.140 | 1.041 |
| Custo dos juros | 4.041 | 11.047 |
| Rendimento esperado do ativo do plano | (4.502) | (3.947) |
| Remensuração do custo financeiro | - | 553 |
| Contribuições dos empregados | (53) | (835) |
| Despesas previstas para 2014 | 626 | 7.859 |

Demonstração da movimentação do passivo atuarial da patrocinadora líquido do exercício:

| | 2013 | | 2012 | |
|---|----------|---------------|---------------|---------------|
| | PS | BD | PS | BD |
| Passivo atuarial líquido no início do exercício | 37.855 | 55.455 | 24.186 | 38.964 |
| Despesas correntes | 5.076 | 4.977 | 4.157 | 5.054 |
| Contribuições da Companhia | - | (955) | 9.512 | (961) |
| Outros resultados abrangentes | (12.762) | 33.889 | - | 12.398 |
| Liquidação de dívida da patrocinadora | (30.169) | (26.809) | - | - |
| (Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício | - | 66.557 | 37.855 | 55.455 |

Os ativos dos planos são:

| | PS | | BD | |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Títulos públicos | 19.776 | - | 11.653 | - |
| Cotas de fundos de renda fixa | 19.283 | 11.291 | 26.677 | 32.669 |
| Cotas de fundo de renda variável | 803 | 863 | 2.530 | 2.817 |
| Investimentos imobiliários | - | - | 2.143 | 1.160 |
| Ações | - | - | 494 | 475 |
| Outros | 726 | 629 | 345 | 356 |
| | 40.588 | 12.783 | 43.842 | 37.477 |

Em 31 de dezembro de 2013 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

| | PS | BD |
|---|---------------|---------------|
| Valor justo dos ativos no início do exercício | 12.904 | 51.786 |
| Benefícios pagos | (850) | (10.035) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | - | 990 |
| Contribuições da patrocinadora vertidas no ano | - | 955 |
| Rendimento efetivo dos ativos | 1.057 | 3.949 |
| Ganhos (perdas) atuariais dos ativos | 27.494 | (10.355) |
| Valor justo dos ativos no final do exercício | 40.605 | 37.290 |

Em 31 de dezembro de 2013 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

| | PS | BD |
|--|---------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | 50.759 | 107.241 |
| Benefícios pagos no ano | (850) | (10.035) |
| Juros sobre obrigação atuarial | 4.244 | 8.511 |
| Custo do serviço corrente (com juros) | 1.890 | 1.207 |
| Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais | (19.550) | (3.077) |
| Saldo no final do exercício | 36.493 | 103.847 |

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2013:

Hipóteses Econômicas

| PS e BD | |
|--|-------------------------------------|
| Taxa de desconto atuarial | 6,43% a.a. PS e 6,39% BD |
| Taxa de rendimento esperado dos ativos | 7,12% a.a. (com efeito da inflação) |
| Reajuste do benefício | somente a inflação |
| Crescimento salarial | 0% PS e 0,5% a.a. acima da inflação |
| Inflação projetada | 6% a.a. |

Hipóteses Demográficas

| PS e BD | |
|-----------------------------------|---------|
| Tábua de mortalidade | AT-83 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | IAPB-57 |
| Tábua de entrada em invalidez | IAPC |

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE aos seus empregados:

| | PS | BD |
|------------------------------------|----------|----------|
| Participantes Ativos | | |
| Número | 542 | 61 |
| Idade Média | 40,06 | 41,46 |
| Tempo de participação (anos) | 13,95 | 15,87 |
| Salário de Participação Médio | R\$0,775 | R\$2,594 |
| Participantes Assistidos | | |
| Número | 29 | 363 |
| Idade Média | 56,31 | 63,98 |
| Benefício Médio Mensal | R\$2,443 | R\$1,827 |
| Pensionistas | | |
| Número de Pensionistas | 2 | 103 |
| Benefício Médio por Grupo Familiar | R\$0,444 | R\$1,053 |

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício de 2013 as despesas com esse benefício foram de R\$3.875 (R\$8.284 em 2012).

31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

| Contrato de compra de energia - reais mil | | | | | | |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Vigência | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Após 2018 |
| 2014 a 2046 | 365.781 | 360.481 | 378.846 | 342.142 | 349.105 | 5.603.394 |

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2013 e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

32. Contrato de concessão de distribuição

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

33. Meio ambiente

Como iniciativa e compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Energisa mitiga os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS, dentre as quais merecem destaque:

1. Implantação de redes isoladas e protegidas: são usados cabos isolados nas redes de baixa tensão e protegidos na rede de média tensão, reduzindo significativamente a necessidade de poda. Além disso, os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico, reduzindo a necessidade de supressão vegetal e a poluição visual com a instalação de aproximadamente 194,1 Km de rede de baixa e média tensão;
2. Implantação do Comitê de Gestão Socioambiental - COGESA que operacionaliza o Sistema de Gestão Socioambiental - SGSA desdobrado a partir do SGMASS, do Comitê de Sustentabilidade - CS e do PEE para melhor atender as especificidades da Energisa SE. Esse sistema possibilita que a Energisa SE gerencie seus aspectos socioambientais e mitigue as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir impactos socioambientais;
3. A continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos, com foco, principalmente, nos resíduos perigosos e adequação a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida em 2010. Com relação à

disposição e tratamento de resíduos, além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo desenvolvimento de suas atividades, a empresa possui procedimentos para manuseio, transporte, tratamento e destinação final destes resíduos. A companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma a regeneração de óleos minerais isolantes (OMI) e dos resíduos oriundos da própria regeneração desses óleos utilizados em seus equipamentos, assim como, faz uso do sistema, desenvolvido a partir de um projeto de P&D, que realiza, em um único processo, a regeneração do OMI e a recuperação do agente adsorvente utilizado, que, no nosso caso, é a bauxita, garantindo a reutilização deste material, reduzindo a geração de resíduos perigosos impregnados com óleo e evitando a poluição do meio ambiente, sem perder a qualidade do OMI regenerado;

4. A realização sistemática de procedimentos referentes à obtenção dos novos licenciamentos ambientais, assim como, monitoramento e controle das renovações das licenças de operação - LOs - das instalações em operação.
5. Tratamento de lâmpadas inservíveis: a Energisa Sergipe possui procedimento para o correto tratamento de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente descartada das suas instalações próprias e da infraestrutura de iluminação pública por meio da descontaminação ambientalmente adequada dessas lâmpadas inutilizadas, que contém na sua composição o “mercúrio”;
6. Desenvolvimento de campanhas interna e externa de redução de consumo de água e energia (com distribuição de cartilhas compostas por dicas de conservação de energia e água), educação com base nos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da Semana Socioambiental e da divulgação interna, por exemplo, intranet, adesivos e banners dispostos pela empresa, e externa, por exemplo, Programa Energia Total, campanhas na mídia e Programa Zé da Luz na Escola;
7. No tocante à conscientização ambiental, a Energisa Sergipe promove palestras sobre uso racional de energia elétrica e uso racional da água, utilizando-se dos Programas Zé da Luz na Escola e Energia Total, além de disponibilizar oficina de reciclagem durante a realização do Programa Energia Total, fomentando, além da redução de resíduos no meio ambiente, a geração de renda para as pessoas das comunidades assistidas com a venda dos produtos que aprendem a fazer nas oficinas. A Energisa Sergipe promove, ainda, palestra de conscientização sobre uso racional de energia elétrica quando recebe visitas de estudantes às instalações da empresa.
8. Realização periódica de inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA). Além de capacitação de funcionários através de cursos ambientais específicos, participação em comitês de meio ambiente no estado e em eventos diversos sobre questões socioambientais.
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, como exemplo, no caso de destinação final ou tratamento de resíduos perigosos são exigidos licença de operação e certificado de destinação ou tratamento desses resíduos e, para aqueles que são transportados é exigida a licença de operação da empresa para o transporte desses resíduos;
10. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do desperdício de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas eficientes, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e, em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder aquisitivo. É utilizada a Unidade Móvel da Energisa, veículo altamente preparado com equipamentos que proporcionam à empresa promover palestras sobre uso adequado de equipamentos, uso racional de energia elétrica e experiências elétricas, as quais servem para que crianças e jovens sejam conscientizados acerca dos riscos de manuseio da energia;
11. A continuidade da coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa como uma das fases da Gestão dos Resíduos Sólidos da Energisa Sergipe. Os resíduos recicláveis segregados e recolhidos na empresa são doados para uma Cooperativa de Catadores do Estado - CARE- que faz a devida

reciclagem, o que promove também a geração de renda, além de reduzir a inserção de resíduos no meio ambiente.

12. Aquisição de caminhão equipado com triturador e caçamba adaptada para armazenar grandes volumes de resíduos de poda, como exemplo, os galhos triturados. Os resíduos são armazenados prontos para serem usados no processo de compostagem, por meio de parceria com o poder público municipal que vem recebendo esses resíduos e fazendo uso adequado;
13. Participação no Comitê de Arborização, órgão da administração pública municipal que trata das questões referentes ao convívio harmonioso da arborização com a infraestrutura existente na área urbana do município, dentre os quais, a rede elétrica.

Ainda em relação à Gestão do Meio Ambiente, a Energisa Sergipe, em 2013, teve como destaque na sua atuação em prol da sustentabilidade a parceria com o Parque dos Falcões, “santuário” das aves de rapina, a quem a empresa “não deu o peixe, deu o anzol para a pesca”, ou seja, desenvolveu um projeto funcional que se encaixasse perfeitamente dentro do contexto do Parque e que servisse como fonte de receita para a instituição, promovendo a autossustentação. Além disso, deu continuidade e implementou diversos programas e práticas, que totalizaram, entre despesas operacionais e investimentos, o valor de aproximadamente R\$16.878 (R\$18.657 em 2012), sendo R\$97 (R\$110 em 2012) relativo às despesas operacionais e R\$16.780 (R\$18.547 em 2012) relativos a investimentos que evidenciam o compromisso da empresa com a responsabilidade socioambiental e com o desenvolvimento sustentável.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

34. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 2013 e 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

| | 2013 | 2012 |
|---|--------|--------|
| Atividades operacionais | | |
| Contas a receber da concessão | 44.575 | 83.810 |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR | 8.609 | 13.344 |
| Fornecedores | 7.106 | 5.901 |
| Atividades de investimentos | | |
| Imobilizado e intangível | 8.752 | 13.130 |
| Atividades de financiamento | | |
| Empréstimos e financiamentos | 5.853 | 2.806 |
| Capitalização de reservas | 10.131 | 10.131 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
Aracaju - SE**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases*Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado (informação suplementar), para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 24, referente ao registro feito pelas controladas, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Outros assuntos*Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 que incluem o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012.

Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e/ou sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião, nem nenhuma forma de asseguração sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC ZSP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br